

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 071

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE MAIO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 49ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE MAIO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Sérgio Spada e Nelson Tureck.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os nºs CTL/SEEG/136, 137, 141 a 152 e 161/2001, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

297/2000: De autoria do Deputado Nelson Justus que, declara de Utilidade Pública o Centro de Excelência de Xadrez, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.135. **Anote-se - Arquivo-se.**

007/2001: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a redação da Lei nº 12.868 que trata da declaração de Utilidade Pública da Associação Paranaense de Veteranos do Basquetebol, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.136. **Anote-se - Arquivo-se.**

008/2001: De autoria do Deputado Nelson Justus que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila São Vicente, com sede e foro no Município de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.138. **Anote-se - Arquivo-se.**

014/2001: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, declara de Utilidade Pública a Associação Arns Curandí, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.139. **Anote-se - Arquivo-se.**

030/1999: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Distrito de João Vieira, com sede e foro no Município de Faxinal, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.140. **Anote-se - Arquivo-se.**

035/2001: De autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Luz e Vida, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.141. **Anote-se - Arquivo-se.**

372/2000: De autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública o Departamento de Assistência Social Adventista da Promessa - DASAP Norte Paranaense, com sede e foro no Município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.142. **Anote-se - Arquivo-se.**

395/2000: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Turvo, com sede no Município de Turvo e foro no Município de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.143. **Anote-se - Arquivo-se.**

397/2000: De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica de Ensino de Castrolanda, com sede e foro no Município de Castro, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.144. **Anote-se - Arquivo-se.**

407/2000: De autoria do Deputado Pérciles Mello, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Monteiro Lobato, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.145. **Anote-se - Arquivo-se.**

409/2000: De autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio aos ex-Moradores do Norte do Paraná, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.146. **Anote-se - Arquivo-se.**

410/2000: De autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Pinheiral de Baixo, Ensino de 1º Grau, com sede e foro no Município de Palmeira, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.147. **Anote-se - Arquite-se.**

415/2001: De autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Clube de Idosos Unidos Em Cristo de Outro Preto, com sede e foro no Município de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.148. **Anote-se - Arquite-se.**

424/2000: De autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Desportiva Nova Vila - AMDESNVI, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.149. **Anote-se - Arquite-se.**

347/2000: De autoria do Deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Direito no Campus de Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.151. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob os nºs CTL/SEEG/153 e 165/2001, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa, os Projetos de Lei nºs 079/99, de autoria do Deputado Beto Richa, e nº 218/2000, de autoria do Deputado Nelson Justus, respectivamente. **Ao conhecimento dos senhores deputados interessados.**

Sob o nº CTL/SEEG/156/2001, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 200/2000, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/157/2001, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 422/2000, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/158/2001, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 370/99, de autoria do Deputado Ricardo Chab, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/159/2001, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 017/2001, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/160/2001, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 267/99, de autoria do Deputado Ademir Bier, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 3570/2001, da Senhora Carmem Miranda Silveira - Coordenadora Geral de Convênios da Fundação Nacional de Saúde, comunicando convênio celebrado entre a Fundação e o Instituto de Saúde do Paraná, visando execução da estruturação e implementação do sistema nacional de vigilâncias em saúde - Vigisus. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 248/2001, do Senhor Eugênio L. Stefanolo, Diretor-Presidente da Banestado S.A. Reflorestadora, encaminhando Demonstrações Financeiras e Contábeis, relativas ao exercício findo em dezembro de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 044/2001, do Senhor José Menezes Neto, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR., para manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada e Abrigo/2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 844/2001, do Senhor Roberto Lobo Blasi, Diretor Geral da Secretaria da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcos Isfer, que pede esclarecimentos sobre "Anteprojeto de Lei nº 15/2001, Estatuto da Polícia Civil". **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 021/2001, do Senhor Rafael Greca de Macedo, Secretário de Estado da Comunicação Social, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Irineu Colombo, que pede esclarecimentos sobre "Propaganda Oficial da Venda da Copel". **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 544/2001, do Senhor José Cid Campêlo Filho, Secretário de Estado do Governo, em resposta ao pedido de informações requeridos pelo Deputado Nereu Moura, que pede esclarecimentos sobre "III Jogos Mundiais da Natureza". **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 353/2001, do Senhor Alcení Guerra, Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre "Valores Repassados pelo Governo Federal no Processo de Compensação de que trata o artigo 202 da Constituição Federal". **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 673/2001, do Senhor Ricardo Augusto Cunha Smijtk, Secretário de Estado da Administração e da Previdência, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre “Contratos de Prestação de Serviço ao Governo por Empresas Privadas”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 384/2001, do Senhor Nelson Justus, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre “Concessões Rodoviárias do Estado do Paraná”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 332/2001, do Senhor Alcení Guerra, Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Ricardo Chab, que pede esclarecimentos sobre “Grampo de Duas Linhas Telefônicas da Ocidental Distribuidora de Petróleo, em Araucária”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 363/2001, do Senhor Alcení Guerra, Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Neivo Beraldin, que pede esclarecimentos sobre “Empréstimos e Incentivos Fiscais à Empresa Plubum Mineração”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Of. Gov.065/2001

Curitiba, 25 de maio de 2001.

Senhor Presidente:

Com a finalidade de dar pleno atendimento ao preceito legal estatuído na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, em seu artigo 8º, § 4º, dirigimo-nos a essa Assembléia Legislativa a fim de solicitar os préstimos de sua presidência, no sentido de agendar sessão específica para viabilizar a Audiência Pública que o Poder Executivo é compelido a realizar, para demonstrar o resultado das metas fiscais que foram estabelecidas para o primeiro quadrimestre do ano fiscal de 2001.

Conforme o dispositivo legal já mencionado, a referida audiência deverá se dar até 31.05.2001, razão pela qual informamos que o representante deste Poder no referido evento será o doutor Miguel Salomão, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, o qual proferirá a exposição e argumentação técnica do desempenho monetário e físico para as metas fiscais do Poder Executivo.

Valendo-nos do dispositivo constitucional específico, onde está determinado que os Estados-Membros devam realizar a mencionada audiência pública em sua Casa Legislativa, encarecemos a Vossa Excelência as providências necessárias para tanto.

Cordialmente.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 2001.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1551

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões, do Projeto de Lei nº 367/2000, item 09, em 1ª discussão, de autoria dos nobres e ilustres deputados Neivo Beraldin e Hermas Eurides Brandão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 29.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1552

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões, do Projeto de Lei nº 104/2000, item 07, em 1ª discussão, de autoria do ilustre deputado Antonio Carlos Belinati, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 29.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1555

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 367/2000, item 09 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 29.05.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1558

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de pesar à senhora Odete Foggiato Juliatto e filhos Ademir e Roberto, pelo falecimento de seu esposo e pai Ulisses Juliatto Filho, secretário municipal da Agricultura e Abastecimento de São José dos Pinhais, ocorrido em 25.05.2001.

Sala das Sessões, em 29.05.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O senhor Ulisses Juliatto Filho, há muitos anos radicado no município de São José dos Pinhais, fundador do Frigorífico Juliatto, admirado por todos e que vem

gerando vários empregos e oportunidade de realização para inúmeros cidadãos sãojoseenses.

Sua contribuição para aquela cidade vai além, não só como cidadão íntegro, chefe de família, pai exemplar, empresário, amigo e colaborador das causas sociais, Juliatto foi vereador de 1993 a 1996, presidente do PFL e secretário da Agricultura e Abastecimento do município de São José dos Pinhais.

Deixa muitas saudades entre seus parentes, amigos e vizinhos.

REQUERIMENTO Nº 1563

Senhor presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Acir Reis Quirino Machado, ocorrido dia 18 de maio de 2001, nesta capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29.05.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 76 anos de idade, faleceu o senhor Acir Reis Quirino Machado, que deixou viúva Dona Ana Alves Machado, 05 filhos, 16 netos e 08 bisnetos.

O passamento do senhor Acir veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Seus parentes, amigos e colegas choram sua ausência, principalmente seus conterrâneos da Fazenda Rio Grande onde residia e era pessoa bem relacionada.

Sua presença física seria como uma coroa de flores em nosso meio, mas a lembrança de sua voz, seu sorriso contagiante, a esposa, filhos, netos e bisnetos sopram suaves na memória num murmúrio triste de lamento e saudade.

O Acir se foi, num adeus eterno tentou vencer a luta para ser um vencedor sobre o poder da morte, e, assim, alcançar o prêmio da vida eterna.

Descanse, pois, amigo Acir, na certeza de que deixou em cada habitante desta terra um admirador e um amigo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Quirino Machado endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1567

Senhor presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, à família de

Cíntia Vanessa Rodrigues, falecida no último dia 25 de maio, município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 29.05.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1620

Senhor presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido nos anais desta colenda Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Terezinha de Jesus Cordeiro, aos 63 anos de vida. Pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, recebeu ampla manifestação de sentimentos em decorrência de seu passamento.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos sentimentos de pesar de sua família. É uma grande perda para todos.

Sala das Sessões, em 29.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1621

Senhor presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido nos anais desta colenda Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Sueli Terezinha de Paula, aos 50 anos de vida. Pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, recebeu ampla manifestação de sentimentos de decorrência de seu passamento.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos sentimentos de pesar de sua família. É grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 29.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1629

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do jornalista Narciso Assumpção, falecido nesta Capital.

Sala das Sessões, 29.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa Capital, no início da noite de ontem, o senhor Narciso Assumpção, vítima de problemas cardiovasculares e broncopneumonia, no Hospital São Carlos.

Era irmão do compositor Itamar Assumpção e da atriz Denise Assumpção.

Tinha 53 anos e foi o primeiro repórter e apresentador negro da televisão paranaense, com destaque para a sua atuação frente ao programa "Café com Leite", da TV-

Paraná - Canal 6, que foi criado pelo jornalista Jamur Júnior.

Foi o primeiro programa de notícias colocado no ar às sete horas da manhã, num horário tradicionalmente dominado pelo rádio. Narciso tinha experiência em teatro e trabalhava, na época, no jornal Tribuna do Paraná e foi o escolhido para ser o âncora do jornal. Apresentavam o programa Narciso, uma jovem loira e eu - Algaci Tulio, que fazia a figura do Homem de Xadrez.

Foram bons tempos ao lado do companheiro de profissão Narciso, que não esquecerei com certeza - sua figura incomum: sempre muito elegante, destacado dos demais, seu bom humor - Narciso marcou nossas vidas.

Era um artista - trabalhou em teatro com diversas peças. Muitos tiveram o privilégio de trabalhar com ele. Perdemos nós, um grande companheiro, perde o Paraná, um artista, jornalista, homem de inteligência e humor perspicaz.

À sua família enlutada (Sra. Aparecida Schefer - Av. Rui Barbosa, 9851 - Colônia Rio Grande - São José dos Pinhais/PR), os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1643

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor Antonio Vieira, ocorrido no dia 27 de maio.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada à sua filha Maria do Socorro Vieira, Av. Costa e Silva, 95 CEP 85990-000, Terra Roxa -PR.

Sala das Sessões, em 29.05.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1625

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, em regime de urgência, respeitosamente REQUER providências ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, deputado Hermas Brandão, para que seja encaminhado o Projeto de Lei nº 367/2000, de autoria dos deputados Neivo Beraldin e Hermas Brandão, à Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicações, para análise e parecer.

Justifica-se tal solicitação para que a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, possa emitir parecer sobre o referido projeto, conforme dispõe o Parágrafo 6º, do Art. 33, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em 29.05.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 207/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Capítulo I

Institui o Código Estadual de

Proteção aos animais

Art. 1º - Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, estabelecendo normas para a proteção dos animais no Estado do Paraná, visando compatibilizar o desenvolvimento sócio-econômico com a preservação ambiental.

Art. 2º - É vedado:

I - ofender ou agredir fisicamente os animais, sujeitando-os a qualquer tipo de experiência capaz de causar-lhes sofrimento, humilhação ou dano, ou que, de alguma forma, provoque condições inaceitáveis para sua existência;

II - manter animais em local desprovido de asseio, ou que não lhes permita a movimentação e o descaso, ou que os prive de ar e luminosidade;

III - obrigar animais a trabalhos extenuantes ou para cuja execução seja necessária uma força superior à que possuem;

IV - não impingir morte lenta ou dolorosa a animais cujo sacrifício seja necessário para o consumo. O sacrifício dos animais somente será permitido nos moldes preconizados pela Organização Mundial de Saúde;

V - exercer a venda ambulante de animais para menores desacompanhados por responsável legal;

VI - enclausurar animais com outros que os molestem ou aterrorizem.

Capítulo II

DOS ANIMAIS SILVESTRES

Seção I

Fauna nativa

Art. 3º - Consideram-se espécies da fauna nativa do Paraná as que sejam originárias deste Estado e vivam de forma selvagem, inclusive as que estejam em processo de migração. Peixes e animais marinhos da costa paranaense fazem parte deste grupo.

Art. 4º - Os animais silvestres de qualquer espécie, em qualquer fase do seu desenvolvimento, bem como os seusinhos, ovos e abrigos são considerados bens de interesse comum do Estado do Paraná, respeitados os limites que a legislação estabelece.

Seção II

Fauna exótica

Art. 5º - A fauna exótica compreende as espécies animais não originárias do Estado do Paraná que vivam em estado selvagem.

Art. 6º - Nenhuma espécie poderá ser introduzida no Estado do Paraná sem prévia autorização do órgão competente.

Art. 7º - Todo vendedor de animais pertencentes à fauna exótica deverá possuir certificado de origem desses animais e licença de importação fornecida por autoridade competente.

Parágrafo Único - No caso do vendedor ou possuidor não apresentar a licença de importação, o animal será confiscado e encaminhado à entidade designada pela comissão composta conforme art. 24, deste código, que tomará as providências cabíveis.

Seção II

Da pesca

Art. 8º - São de domínio público todos os animais e vegetação que se encontram nas águas dominais.

Art. 9º - Toda alteração no regime dos cursos de água, devida a obras, implicará medidas de proteção que serão determinadas e fiscalizadas por entidade estadual competente.

Capítulo III

DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS

Seção I

Dos animais de carga

Art. 10 - Será permitida a tração animal de veículos ou instrumentos agrícolas e industriais, somente pelas espécies bovinas, eqüinas ou muares.

Art. 11 - É vedado:

I - atrelar animais de diferentes espécies no mesmo veículo;

II - utilizar animal cego, enfermo, extenuado ou desferrado, bem como castigá-lo;

III - fazer o animal viajar a pé por mais de 10 (dez) quilômetros sem lhe dar descanso;

IV - fazer o animal trabalhar por mais de 06 (seis) horas seguidas sem lhe dar água e alimento.

Seção II

Art. 12 - Todo veículo de transporte de animais deverá estar em condições de lhes oferecer proteção e conforto adequados.

Art. 13 - É vedado:

I - transportar animais em via terrestre por mais de 12 horas seguidas sem o devido descanso;

II - transportar animais sem a documentação exigida por lei.

III - transportar animal fraco, doente, ferido ou em adiantado estado de gestação.

Capítulo IV

DOS SISTEMAS INTENSIVOS DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA

Art. 14 - consideram-se sistema de economia agropecuária aqueles que se baseiam na criação de animais em confinamento e no uso de tecnologia visando economia de espaço e trabalho e rápido ganho de peso.

Art. 15 - Será passível de punição toda empresa que utilizar um sistema intensivo de economia agropecuária que não cumpra os seguintes requisitos:

I - os animais deverão receber água e alimento, atendendo, também, suas necessidades psicológicas, de acordo com a evolução da ciência, observadas as exigências peculiares a cada espécie;

II - os animais deverão ter liberdade de movimentos de acordo com suas características morfológicas e biológicas;

III - as instalações deverão proporcionar adequadas condições ambientais de higiene, circulação de ar e temperatura.

Capítulo V

DO ABATE DOS ANIMAIS

Art. 16 - Todos os frigoríficos, matadouros e abatedouros do Estado do Paraná deverão utilizar-se de métodos científicos e modernos de insensibilização, aplicados antes da sangria, por instrumentos de percussão mecânica, processamento químico, elétrico ou decorrentes do desenvolvimento tecnológico.

Art. 17 - É vedado:

I - o emprego de qualquer método considerado cruel para o abate;

II - o abate de fêmeas em período de gestação e de nascituros (até a idade de três meses de vida), exceto em caso de doença, com propósito de evitar o sofrimento do animal.

TÍTULO II

Capítulo I

Dos Animais de Laboratório

Seção I

Da vivissecção

Art. 18 - Consideram-se vivissecção os experimentos realizados com animais vivos em centros de pesquisa.

Art. 19 - Os centros de pesquisa deverão ser devidamente registrados no órgão competente e supervisionados por profissionais de nível superior, nas áreas afins.

Art. 20 - O diretor do centro de pesquisa, antes de proceder a qualquer experimento com animal vivo, deverá relatar ao órgão competente a natureza do experimento, a quantidade e a espécie dos animais utilizados e o nível de dor que os mesmos sofrerão.

Art. 21 - Será proibida a prática de vivissecção sem uso de anestésico, bem como a sua realização em estabelecimentos escolares de ensino fundamental e médio.

§ 1º - Os relaxantes musculares, parciais ou totais, não serão considerados anestésicos.

§ 2º - Será obrigatória a presença de anestesista quando da realização do experimento de vivissecção.

Art. 22 - Com relação ao experimento de vivissecção é proibido:

I - realizar experiências cujos resultados já sejam conhecidos ou destinados a demonstração didática que já tenham sido filmadas ou ilustradas;

II - realizar experimentos que vise demonstrar os efeitos de drogas venenosas ou tóxicas, como também aqueles que conduzam o animal ao estresse, à inanição ou à perda da vontade de viver;

III - realizar experiência com fins comerciais ou de qualquer outra ordem e que não tenha cunho eminentemente científico;

IV - utilizar animal já submetido a outro experimento ou realizar experiência prolongada com o mesmo animal.

Art. 23 - É proibido importar ou exportar animal para pesquisas científicas e médicas.

Art. 24 - Nos locais onde esteja autorizada a vivissecção, deverá constituir-se uma comissão de ética, composta por, no mínimo, 03 (três) médicos veterinários, sendo um, necessariamente, representante de entidade pública, sistema Seagri.

Art. 25 - Além do disposto no parágrafo único, do art. 7º deste regulamento, competirá à comissão de ética:

I - fiscalizar a habilitação e a capacidade do pessoal encarregado de prestar assistência aos animais;

II - verificar se estão sendo respeitados os procedimentos para prevenir dor e sofrimento dos animais, tais como a aplicação de anestésicos ou analgésicos;

III - denunciar ao órgão competente qualquer desobediência a esta lei;

Art. 26 - Todos os centros de pesquisa deverão possuir os recursos humanos e materiais necessários a fim de poder zelar pela saúde e o bem-estar dos animais;

Art. 27 - Somente os animais criados nos centros de pesquisa poderão ser utilizados em experimentos.

Seção II

Das disposições finais

Art. 28 - As penalidades e multas referentes às infrações definidas nesta lei serão estabelecidas pelo Poder Executivo, em espécie.

Art. 29 - O Poder Executivo definirá o órgão estadual encarregado de fiscalizar o cumprimento das disposições desta lei, atendendo o disposto no art. 24, deste código.

Art. 30 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias da data de sua publicação.

Art. 31 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.05.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, texto em anexo na qual reconhece que “Todos os animais nascem iguais diante da vida e têm o mesmo direito à existência”. Todavia, parece ter esquecido de aplicar esse princípio no âmbito de seu território.

Todos os dias, tomamos conhecimento, através da imprensa ou mesmo como testemunhas, de verdadeiras perversidades cometidas contra os animais.

Justamente contra aqueles que nos servem de alimento que nos fornecem matéria-prima para agasalhos e calçados, que nos ajudam de todas as formas possíveis e imagináveis, e que ainda oferecem amizade e lealdade incondicionais, justamente contra esses cometemos, diariamente, as maiores crueldades.

É chegada a hora de darmos um basta a este comportamento que não combina com nossa condição de humanos.

O Paraná, por sua importância no contexto nacional, pelo nível cultural e ecológico de seu povo, merece ter um instrumento de contenção contra as barbaridades e covardias que se cometem em relação aos animais.

O presente projeto pretende ser o início desta luta. Acreditamos que ele venha ao encontro dos anseios da população paranaense que, em sua essência, certamente não concorda com a forma insensível com que alguns tratam aqueles a quem deveríamos, ao contrário, respeitar e proteger.

Este projeto de lei tem fundamento jurídico no art. 24, VI da Constituição Federal.

Diz ser que a competência para legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna e proteção ao meio ambiente concorrente entre a União, Estados Membros e Distrito Federal.

A fauna e a flora podem ser consideradas como importantes recursos ambientais (Lei Federal nº 6.938, art. 3º V, de 31.08.81), que devem ser protegidos e salvaguardados, sem ferir a Magna Carta, através de uma legislação que ampare bens tão precisos à existência humana.

Assim sendo, conclui-se que a União estabelecerá apenas regras gerais aplicáveis em todo território nacional, podendo os Estados legislar de forma supletiva, sobre a matéria, dentro de sua peculiaridade regional.

PROJETO DE LEI Nº 208/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública, a Associação dos Diabéticos de Maringá e Região - ADIM, com sede e foro no Município de Maringá.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

Pela estimativa do Ministério da Saúde, a diabetes atinge cerca de 7,6% da população adulta brasileira.

Baseada nesta informação, foi criada a Associação dos Diabéticos de Maringá e Região - ADIM, com o objetivo de integrar os portadores da doença por meio de palestras e encontros e, também, com a missão de reivindicar melhores condições de tratamento médico e medicamentos dos órgãos de saúde.

A declaração de Utilidade Pública desta associação justifica-se pela importância elevada dos objetivos da entidade que necessita de força e amparo para poder continuar com suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 209/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 10.789, de 10 de maio de 1994, que declarou de Utilidade Pública o Grande Oriente do Estado do Paraná, que passará a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Grande Oriente do Brasil - Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.05.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo alterar a redação do artigo 1º da Lei nº 10.789, que declarou de

Utilidade Pública o Centro Oriente do Estado do Paraná, tendo em vista a mudança de sua denominação para Centro Oriente do Brasil - Paraná, conforme Certidão do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 210/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube de Mães Bom Jesus, com sede e foro no Município de Laranjeiras do Sul - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães Bom Jesus foi fundado em 19 de setembro de 1997, sendo uma entidade sem fins lucrativos, político ou partidário. Tem por objetivo o desempenho de trabalhos de cunho social, mobilizando as mães para discutir os seus problemas e os da comunidade, promovendo cursos teóricos e práticos. Durante estes poucos anos de existência já tem demonstrado brilhantes trabalhos, e seus objetivos tem sido criteriosamente cumpridos.

Os documentos que acompanham o presente plano de lei estão de acordo com as normas estabelecidas, razão pela qual solicito o apoio dos demais pares com vistas à aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 211/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 12.909, e 23 de agosto de 2.000, que autorizou o Poder Executivo a incluir no Edital de Venda do Banco do Estado do Paraná S/A - Banestado -, a manutenção, com exclusividade pelo prazo de 05 (cinco) anos, das contas depósitos do sistema de arrecadação dos tributos estaduais, sistema de movimentação de valores e pagamentos SIAF - Sistema Integrado de Administração Financeira e conta do Tesouro Geral do Estado/conta/receita/conta única, contas dos fundos e programas, contas dos depósitos e movimentação das entidades da administração indireta e fundações públicas, bem como com as disponibilidades dos fundos estaduais e pagamentos do funcionalismo público.

Parágrafo Único - Os recursos e transações financeiras descritos no dispositivo anterior serão transferidos, com exclusividade, para o HSBC Bank Brasil S/A e

Paraná Banco S/A, ambos com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, a critério de decreto do Poder Executivo Estadual, vedadas as demais instituições financeiras.

Art. 2º - É vedada à Administração Direta, Indireta e Fundações Públicas, manter contatos de seguro com a seguradora Gralha Azul, controlada pelo Banestado S/A, passando referidos contratos, com exclusividade, às instituições financeiras descritas no dispositivo anterior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Banestado S/A e suas empresas controladas não estão dispensando o atendimento necessário ao povo paranaense.

As reclamações que chegam a este Poder Legislativo Estadual são as mais variadas.

Desde funcionários que estão sendo demitidos, transferidos, perseguidos, retaliados, sem razões plausíveis, com fechamento de agências bancárias na capital e no interior do Estado.

O mau atendimento aos clientes do Estado do Paraná, o descumprimento formal ou informal, de manter a administração centralizada em Curitiba, transferindo todas as decisões administrativas do Banco e suas controladas e os recursos públicos para a capital de São Paulo.

Verifica-se na antiga sede da administração do Banestado S/A, no bairro de Santa Cândida, em Curitiba-PR, o desmonte da instituição financeira e o pouco caso com o povo paranaense.

É necessária uma tomada de posição e a Assembleia Legislativa do Paraná não pode se omitir diante desse quadro desolador que atinge a todos os antigos clientes e em especial ao povo do Paraná, que tinha na instituição uma alavanca para o seu desenvolvimento.

Constata-se uma sangria de recursos públicos em favor de São Paulo, onde os depósitos de nossa gente são transferidos para aquele Banco, em detrimento do nosso Paraná.

O presente projeto de lei privilegia os Bancos paranaenses, com sede na capital do Estado, Curitiba, onde se situam as suas respectivas administrações, e nada mais justo do que dar preferência às empresas do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 212/2001

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Distrito de Planalto do Oeste - Nova Santa Rosa, com

sede no Município de Nova Santa Rosa e foro no Município de Toledo-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pequenos Produtores Rurais do Distrito de Planalto do Oeste - Nossa Santa Rosa, constitui uma entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, distinta de seus sócios, sem preferência de credo político ou religioso.

A referida associação tem por finalidade a organização, orientação, administração de bens e serviços de forma comunitária dos associados e de seus familiares.

Dentre seus objetivos estão administrar a patrulha rural mecanizada em comodato pela Prefeitura Municipal de Nova Santa Rosa em convênio com o Ministério da Agricultura, organizar e orientar os sócios para aquisição e comercialização de insumos e produtos agropecuários de forma comunitária, manter o quadro de sócios unidos e estimulados a efetuarem os afazeres do setor rural de forma comunitária, visando sempre o bem comum dos associados.

A associação executa serviços de preparo do solo, plantio e ensinamento, e prestou serviços no ano de 2000 e está prestando serviços no ano de 2001, para associados, que constituem em 28 famílias.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 213/2001

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran de Cambé, denominada "Alcebíades Zotarelli".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

Alcebíades Zotarelli, conforme biografia em anexo, foi um cidadão ativo e participante do Município de Cambé.

Em 1962 assumiu a Diretoria de Esportes do Cambé Atlético Clube - CAC. Em outubro de 1963 assumiu a Delegacia de Polícia do município. Neste mesmo ano, ingressou na carreira política, tornando-se suplente de vereador, sendo que na eleição de 1969, assume definitivamente uma vaga na Câmara Municipal.

Foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cambé, em janeiro de 1967, do qual foi eleito o primeiro presidente por unanimidade.

Em 1969, foi nomeado Despachante Oficial do Detran e, em 1985 foi designado Chefe do Posto de Trânsito do município. Desde então, sempre lutou pela implantação da Ciretran em Cambé.

Dentro da sociedade cambense, ainda foi presidente do Rotary Club de Cambé, na gestão 90/91; vice provedor da Santa Casa de Misericórdia de Cambé; membro do Conselho Deliberativo do Harmonia Tênis Club; um dos fundadores do Conselho Municipal de Segurança, do qual foi presidente por 9 anos; fundador do Saudade Futebol Clube. Veio a falecer em 1997.

Pela importância de seu trabalho no progresso e desenvolvimento do município, queremos homenageá-lo dando seu nome a Ciretran de Cambé.

PROJETO DE LEI Nº 214/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.2001.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei pretende declarar de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social de Cascavel. O Provopar de Cascavel é uma sociedade civil, com finalidade essencialmente filantrópica, sem fins lucrativos.

O programa de Voluntariado Paranaense - Provopar atende a crianças carentes, adolescentes e idosos. Organiza a ação do voluntariado, para a melhoria dos serviços prestados nas diferentes entidades sociais, além de melhorar as condições de vida da população carente, realizando campanhas, eventos e promoções em benefício das entidades sociais do município.

Ante ao exposto, solicito voto favorável dos nobres pares, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 215/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Distrito de Espigão Alto do Iguaçu, com sede e foro no Município de Espigão Alto do Iguaçu - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária do Distrito de Espigão Alto, do Município de Espigão Alto do Iguaçu, é uma sociedade civil e cultural sem fins lucrativos que objetiva realizar atividades em forma de cooperação, para auxiliar o desenvolvimento da comunidade, prestando assistência às organizações religiosas, educativas, desportivas e sociais.

A entidade cumpre, há mais de uma década, com os seus propósitos e está credenciada a ser declarada de Utilidade Pública.

A documentação que acompanha o presente plano de lei, preenche os quesitos necessários para a sua normal tramitação nesta Casa, não havendo portanto, entraves que possam obstar a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº /2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Francisco Carlos da Silva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.05.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Augustinho Zucchi.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Pela Ordem, senhor presidente.

Senhor presidente, como ontem a sessão não aconteceu, eu esperava que o que deveria acontecer ontem, acontecesse hoje. Por isso, ontem estávamos inscritos no Pequeno e Grande Expediente, a fim de tecermos comentários em relação à prestação de contas do Governo Lerner.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência está inscrito no Pequeno Expediente e no Grande Expediente e, se quiser, o Horário da

Liderança do PSDB também, e até o Horário da Liderança da Oposição e do Governo, nós cedemos a Vossa Excelência.

Agora, em relação à convocação do funcionário do Tribunal de Contas, nós não encaminhamos a convocação para hoje. Como amanhã teremos a presença do Secretário Miguel Salomão, estávamos agendando isso para a próxima terça-feira, se Vossa Excelência concordar.

O SR. NEIVO BERALDIN

Lamento, senhor presidente, mas na segunda-feira teremos um Seminário de Sequestro de Carbono, e vou estar com o dia ocupado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Terça-feira?

O SR. NEIVO BERALDIN

Terça-feira. Entendo assim, senhor presidente, os funcionários do Tribunal de Contas devem estar à disposição deste Plenário vinte e quatro horas por dia, durante o ano todo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas não está à disposição.

Justamente por isso justifiquei a Vossa Excelência que não convoquei e nem convidei para hoje. Ele não pode vir aqui sem um convite ou uma convocação da Casa.

O SR. NEIVO BERALDIN

Mesmo assim eu desejo, se Vossa Excelência me permitir, fazer uso do espaço para poder relatar o meu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência terá todo o espaço necessário, todos os senhores deputados estão aqui atentos para ouvir o seu pronunciamento.

Com a palavra, o Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhores deputados e senhora deputada, neste início de semana estivemos, por várias vezes, em conversação sobre a nossa Casa, sobre a Assembléia Legislativa, e claro, especialmente sobre um debate que está sendo instituído junto à sociedade paranaense com relação à questão da Copel. É óbvio que isso hoje nos dá realmente uma dimensão da participação do Parlamento, porque, via de regra, toda a população está observando a Assembléia Legislativa, já que ela é divulgada por toda a imprensa, enfim, comentada em todo o Estado do Paraná; é aqui na Assembléia que irá se decidir realmente o destino da venda da Copel, será aqui que teremos essa discussão e essa decisão.

Pois bem. Há poucos dias atrás entrou aqui na discussão da nossa Casa o projeto de resolução de autoria do

Deputado Durval Amaral, que remete a esta discussão da Copel, do ponto de vista regimental para uma discussão diferenciada daquilo que estava se pensando, ou pelo menos daquilo que estava estabelecido legalmente, para que pudéssemos ter aqui o debate com relação a esta questão.

Pois bem, senhor presidente. Por várias vezes fomos ao debate com relação a esta situação. Por muitas vezes, aqui foi solicitada a reflexão de todos os deputados com relação a esta questão do projeto de iniciativa popular. O projeto primeiro da história político-administrativa do Paraná, é um projeto que nós sabemos - e todos os deputados sabem - da participação efetiva da população neste Projeto. E hoje, após a conversa que tivemos ontem com Vossa Excelência, estamos escutando uma tendência que há entre os senhores deputados - inclusive dos deputados da base governista - de rever a questão deste projeto de resolução. Acho isto importante. E é importante não apenas para esta questão que estamos debatendo, que é a questão da Copel. É que, aprovado este projeto, mudaríamos o curso do entendimento regimental com relação a matéria deste nível.

Senão, vejamos: projetos, aqui, outros, que foram retirados momentaneamente de pauta, por iniciativa do autor ou por entendimento das lideranças, ou quem sabe até por uma busca de maior apoio, qualquer que seja o projeto, seria ele prejudicado na sua discussão imediata, porque não teríamos a condição de voltar a discutir este projeto posteriormente, se assim fosse aprovado este projeto de resolução do Deputado Durval Amaral.

Quer me parecer que esta é uma decisão que deva ser, legítima do seio da Assembléia Legislativa. Uma decisão conjunta, inclusive capitaneada por Vossa Excelência, que tem dado demonstração de independência e maturidade, com relação à condução dos trabalhos no Legislativo desta Assembléia. Com certeza absoluta, Deputado Hermes Brandão, seria fundamental a respeitabilidade do processo legislativo nesta Casa, que, claro que nós, deputados, pudéssemos dar esta demonstração de que a Assembléia está...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a Vossa Excelência o Horário da Liderança do PSDB.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Nós poderíamos dar esta demonstração, porque não envolve aqui uma decisão como esta, apenas e tão somente os deputados da base governista ou da Oposição. Não! É uma medida que com certeza absoluta teria reflexos em todo o País.

Senhor presidente tive a paciência de conversar com várias Assembléias do nosso Brasil. Não há nada similar. Não há nada, sequer, que seja semelhante ao que está se propondo, aqui.

Portanto, mais do que um apelo, eu tenho certeza absoluta que o próprio Deputado Durval Amaral, ao

longo de sua experiência como parlamentar, é um parlamentar que tem obviamente a experiência de várias decisões políticas e de vários embates políticos em nosso Estado, tenho certeza de que o próprio Deputado Durval Amaral tem, reconhecidamente, refletido sobre esta situação que é uma situação que temos que debater com maturidade, porque aprovar este projeto não quer dizer que a população do Paraná não vá discutir a questão da decisão da Copel. Aprovar este projeto não quer dizer que não tenhamos a discussão, dentro desta Casa, sobre aprovação ou não da venda da Copel. Nós apenas estaríamos expostos perante o legislativo deste Brasil, - no momento em que a população busca a transparência e a participação junto aos legisladores do nosso País - estaríamos correndo contra a nossa história.

Concedo aparte ao Deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Zucchi, quero apenas colaborar com o pensamento de Vossa Excelência, dizer que acho que essa matéria deveria funcionar mais ou menos como a questão tributária, em que os Parlamentos, em que a nação, não permite que se faça alteração dentro do ano fiscal.

Alteração do nosso regimento. Acho que essa matéria deveria até existir, assim como existe até nas Câmaras de Vereadores dos Municípios pelo Brasil afora. Nosso relatório aqui, o nosso regimento é que tem sido omitido com relação a essa questão e para o momento fazer essa alteração, quer me parecer que cai dentro dessa questão, até aparentemente facciosa, porque estamos discutindo a questão da Copel.

Acho até, e não sugeri ainda o líder, e nem sei qual o pensamento dele que a Assembléia Legislativa do Paraná deva ter inserido no seu regimento esta questão, porque senão todas as matérias que passam a ser de cunho popular e de interesse até de divulgação, uma hora, retira, depois outro grupo entra com a mesma matéria no mesmo ano, e cai a Assembléia, de um modo geral naquela discussão inócua, às vezes só para questão da mídia.

Acho que deva ter, mas não deva ter agora. Poderíamos até aprovar essa matéria para fazer vigorar a partir do ano que vem.

Então, quero dizer que penso também como Vossa Excelência, não acho que não devemos ter aqui no nosso regimento, a Assembléia do Paraná tem que ter, mas no momento oportuno para isso, que daria impressão nítida de que nós estaríamos querendo deixar de discutir ainda esse ano, a questão da Copel.

Estou aí fazendo a defesa do voto aberto, até porque nessas questões, também há necessidade de que façamos com que o Parlamentar vote abertamente. Sempre teve quem foi contra e a favor, o que nós não poderíamos aqui, é ter que burlar painel para ver lista de quem votou secretamente. Então, concordo com Vossa Excelência.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Agradeço o seu aparte, Deputado Moysés Leônidas, até porque nós temos aqui, instituído na Casa e o Deputado Caíto Quintana é o coordenador, da Reforma do Regimento Interno da Assembléia Legislativa. Então, qualquer proposta de alteração do Regimento, na nossa visão, deveria passar pelo crivo dessa Comissão, instituída pela Mesa da Assembléia Legislativa.

Agora, em um momento como este em que nós temos pela primeira vez um projeto de iniciativa popular, em uma matéria em que a população do Estado inteiro debate, acho temerário termos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo mais um minuto para Vossa Excelência concluir seu pronunciamento.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Acho temerário termos aqui, senhor presidente, a aprovação de uma matéria como esta.

Apenas para encerrar, concedo rapidinho um aparte ao Deputado Algaci Tulio.

O Sr. Algaci Tulio

Deputado Augustinho Zucchi, exatamente o assunto que iria tocar, que nós, nesta Casa, temos uma Comissão de Reforma do Regimento Interno da Assembléia. Entendemos nós, também, que toda emenda, todo projeto, Regimento, coisa parecida, deva ser encaminhada a esta Comissão. Da mesma forma, nós temos aqui a Comissão de Reforma à Constituição. Nenhuma emenda à Constituição, que entra nesta Casa, pode ser votada separadamente; este é o meu entendimento também. Além do que, acho de uma infelicidade a toda prova a tentativa de querer bloquear o direito do cidadão, está inserido na Constituição o direito dele, de poder entrar com projeto popular.

Esta Casa terá pela primeira vez esta oportunidade de fazer o povo trazer lá de fora a sua idéia, o seu projeto, para que nós, parlamentares, o coloquemos aqui, à discussão e à sua aprovação ou não. Então, não tem que se permitir, afinal de contas vivemos em um momento de democracia ainda, graças a Deus, e não podemos tirar o direito do povo.

Era o que queria contribuir para o seu pronunciamento.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Muito obrigado, Deputado Algaci Tulio.

O Sr. Carlos Simões

Deputado Augustinho Zucchi, só trinta segundo.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, o Deputado Carlos Simões, me pede um...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço que Vossa Excelência respeite o nosso horário. Nós temos uma Sessão Extraordinária e diversos oradores inscritos.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Peço desculpas ao Deputado Carlos Simões. Apenas, senhor presidente, quero aqui registrar a compreensão que tem Vossa Excelência, com relação aos embates políticos havidos na Casa, a decisão sempre madura de Vossa Excelência.

Quero relatar aqui, tenho ouvido, desde ontem, no final da tarde, me parece, a disposição do Deputado Durval Amaral, enquanto líder do Governo, de rever essa questão.

Sobre o Deputado Durval, que da minha parte não levarei isso como uma vitória, absolutamente, de nenhum parlamentar que seja a favor ou contra a venda da Copel.

Dá para se dizer o seguinte: é apenas a colocação legítima, legal e ética da Assembléia Legislativa, perante essa questão.

Não há vencedores em uma questão como esta. Apenas e tão somente acho que tem o Parlamento do Paraná pela sua atuação ilibada, e pelo respeito que tem com a população do nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Da mesma forma que o Deputado Augustinho Zucchi trouxe aqui a sua preocupação, nós do PMDB, queremos também manifestar, não a nossa preocupação, mas a nossa absoluta contrariedade ao projeto de resolução de autoria do Deputado Durval Amaral.

Confesso senhores deputados, que embora ainda sendo jovem, já vivenciei muitos momentos na vida pública, históricas, nesse País e aqui no Paraná.

Lembro-me que estive em Brasília, naquela fatídica noite, quando o Presidente Tancredo Neves assumiria o País e que, naquele instante adoecido, não foi possível cumprir aquele ato cívico, e outros tantos momentos da vida pública, brasileira, estadual, pude me fazer presente, em que pese ainda ser jovem.

Mas eu não tinha, senhor presidente, observado atitudes tão fortes, tão intransigentes, tão complicadas como esta que pretende o nobre líder do Governo, Durval Amaral.

Quero fazer um pedido e um apelo ao colega Deputado Durval Amaral, aliás quero dizer aqui, Deputado Durval, que conheço Vossa Excelência. Foi forjado na democracia, porque juntos lutamos aqui neste Plenário ou nas campanhas políticas do Paraná, defendendo a democracia.

Conheço Vossa Excelência.

Vossa Excelência tem uma origem bonita.

Uma origem calçada na democracia, na luta contra a ditadura, na luta contra a opressão, contra a prepotência.

Vossa Excelência não é o autor desse projeto de lei, Deputado Durval Amaral, porque conheço vossa índole e acho até que Vossa Excelência não deveria se submeter a essa situação ridícula, a essa situação malvada, que na minha avaliação, é idéia, e não poderia ser diferente do Palácio Iguaçu.

Porque de lá não esperamos outra coisa, a não ser idéias deturpadas que contrariem os interesses da população paranaense.

Mas, ora, Deputado Durval Amaral, este projeto de resolução é doido, é amargo, ele na verdade machuca de morte, fere de morte a democracia do nosso País, e sobretudo aqui no nosso Paraná.

Jamais em tempo algum, uma lei pode ser retroativa, para eliminar direitos. Nunca.

A lei só pode retroagir, quando for para gerar direitos, nunca para eliminar direitos. Pois a proposta que Vossa Excelência tanto se esforça para tramitar aqui, nesta Casa, retira, elimina e sucumbe, com um dos pressupostos básicos da democracia, que é o direito da livre expressão da sociedade.

Por isso, senhor presidente, esse projeto de resolução, não temos dúvida nenhuma, que não agüentará a primeira análise do Poder Judiciário, que neste instante, nas mãos do grande jurista Lopez de Noronha, haverá de derubá-lo de pronto, para não atentar contra a democracia e contra os interesses do povo do Paraná.

Nem na época do regime militar, nem na época onde a pressão reinava absoluta nos porões da ditadura, onde o sangue derramava, onde a liberdade era suprimida, onde a imprensa era calada, onde as pessoas não podiam se expressar e poucas vezes se encorajavam a denunciar, se viu tamanha arbitrariedade.

Nem na época do AI-5, quando o regime militar, sim, colocava com autoridade absoluta, se observou tamanho atentado à democracia.

Ora, querer eliminar a possibilidade de a sociedade paranaense apresentar um projeto de lei, conforme determina a Constituição do Estado, é efetivamente se arvorar de todo o poder, é se arvorar acima da lei, acima dos interesses, é querer puxar para si não o AI-5, mas AI-10, o AI-20, enfim, todas as regras da ditadura e da opressão. Por isso, nós do PMDB, queremos pedir ao Deputado Durval Amaral, que retire essa infeliz idéia, que suste a sua tramitação, para que a Assembléia Legislativa não seja palco de apreciação de uma lei tão inoportuna, tão desinteressante, que subtrai do nosso Parlamento e da sociedade o direito mais sagrado, que é o de legislar, fiscalizar e de fazer com que os interesses da população aqui, sejam garantidos.

Por isso, senhor presidente, quero aqui, como líder do PMDB, realçar a nossa posição, de que iremos gritar neste Plenário, lá na rua ou em qualquer lugar deste Paraná, enquanto tivermos voz e enquanto tivermos força

gritaremos em favor do povo, em favor da liberdade e da democracia, porque não poderemos permitir que um atentado, um golpe, seja perpetrado aqui, no Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Concedo um aparte ao deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Nereu Moura, Vossa Excelência, a exemplo do Deputado Augustinho Zucchi, inicia os debates desta Sessão, com a grandiosidade daquilo que está faltando.

Sem sombra de dúvida, o projeto de resolução, inicialmente, 14/01 e, agora 15/01, do deputado Durval Amaral, apoiado também por outros parlamentares, é um projeto que caminha na direção contrária daquilo que deve ser o exercício democrático e daquilo que deve ser o exercício do Parlamento.

Os Parlamentos estadual, municipal e federal devem dar a todos nós a oportunidade - quando digo todos nós, os deputados estaduais, aqueles que compõem a Assembléia Legislativa, na condição de assessores, a própria imprensa e, principalmente a população, tem que dar a nós, o Parlamento, a oportunidade de exercermos, na plenitude, as nossas intenções. E aprovarmos este projeto de resolução na forma como está sendo sugerida pelo deputado Durval Amaral e outros Deputados que subscreveram este projeto, é justamente, cercear o livre o trabalho do Parlamento.

É normal, é natural, numa Assembléia Legislativa, numa Câmara de Vereadores, no Congresso, que projetos sejam apresentados, sejam retirados, sejam arquivados, sejam desarquivados e tenham a sua discussão, o seu andamento, dentro de um novo prisma, de uma nova idéia, de um novo momento. Aprovarmos a proibição que nenhuma proposta arquivada, retirada, por deputado, pelo Tribunal de Justiça, pelo Ministério Público, pelo próprio Poder Executivo, é engessar a atividade parlamentar.

Por isso esse projeto não pode prosperar nessa Casa, e nesse sentido me somo a Vossa Excelência ao Deputado Augustinho Zucchi, como também ao aparte do Deputado Moysés Leônidas, no sentido que o /deputado Durval Amaral e aqueles que subscreveram este projeto, coloquem a mão na consciência e retirem-no de tramitação, na Assembléia mandem para o arquivo, mandem para esta Comissão de Previsão do Regimento Interno da Casa, porque este projeto é inoportuno cerceia a livre democracia, o livre trabalho da Assembléia Legislativa.

Faço ao Deputado Durval Amaral e àqueles que assinaram o projeto, o apelo para que retirem o projeto, porque, caso contrário, será atendido por todos nós como um golpe na Assembléia Legislativa, um golpe no Poder Executivo, um golpe no Poder Judiciário, e, principalmente, um golpe nos interesses e nos direitos do povo do Paraná.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente quero finalizar aqui com uma mensagem, um pensamento de um dos maiores democratas desse País, que é orgulho, para nós do PMDB, o nosso velho e grande Ulysses Guimarães, que ao concluir, certa vez um discurso, falou o seguinte:

“Meu filho, PMDB, vá em frente, caminhe rumo ao sol que é a luz não é rumo à lua, que é noite, que Deus te abençoe e a Pátria ateste: cumpreste o teu dever”.

Meu filho, PMDB, vá em frente, quanto a mim vou livre como vento, transparente e cantante como a fonte, vou para a planície mas não vou para casa. Vou morrer fardado, não de pijama.

Só faltou dizer o que digo agora, jamais prenderão no acanhamento do túmulo, morrerei na imensidão de um oceano, na sua inquietação, continuar sempre vivo, como vivos são os movimentos do mar.

Sim, vamos rumo ao sol que é luz ou ao mar, porque navegar é preciso, senhor presidente, viva a democracia e vamos fazer com que a Assembléia Legislativa do Paraná não permita que um projeto esdrúxulo como este, tenha voz e tenha vez aqui neste Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ainda no Pequeno Expediente, Deputado Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

O assunto que me traz a essa tribuna, senhor presidente, é com referência ao Banco do Estado do Paraná, o Banestado.

No entanto, ao ouvir os pronunciamentos dos nossos companheiros deputados referente ao projeto de resolução, quero deixar aqui também a minha posição a esse respeito.

Senhor presidente, quando numa reunião de deputados, aliados ao Governo do Estado, foi discutido o projeto de resolução, jamais se pensou em impedir o projeto popular que venha a esta Casa, seja o projeto popular referente à Copel, referente à Sanepar, referente à qualquer região do Órgão do Governo do Estado, porque todos nós, senhor presidente, que aqui chegamos, chegamos pelas mãos de quem quer que seja, a não ser do povo do Paraná que nos elegeu.

Jamais um deputado eleito pelo voto do povo irá assumir o voto contrário à decisão popular. Qualquer projeto de iniciativa popular vai merecer sempre o maior respeito e o apreço por parte dos deputados desta Casa, seja do Governo e certamente da Oposição.

E esse projeto de resolução apresentado pelo líder do Governo, é um projeto que nós assinamos e vamos votar sim, mas não para impedir a votação do projeto popular que aqui chegará, é bom que se entenda desta forma.

Não me coloquem de novo nas placas do Paraná prejudgando meu voto, chega de brincar comigo.

Eu nunca falei que votaria a favor de um projeto que predisse, impedisse o povo de ser respeitado aqui, julgando, votando e questionando um projeto popular.

E o Carlos Simões sabe disso, e os deputados que aqui estão sabem disso. O projeto apresentado pelo líder do Governo será votado sim, mas não para contrariar a decisão do povo do Paraná.

Este projeto não tem nada a ver com a Copel, pelo menos no meu conceito popular, no meu conceito pessoal.

Era isso, senhor presidente, a este respeito.

Eu tenho visto placas no Paraná já prejudgando meu voto, quando o voto é sagrado, o voto é meu, após a decisão do meu voto aí podem coloca-lo em qualquer painel, em qualquer placa, mas antes disso ninguém tem o direito de colocar, apregoar, ou afixar o meu voto. “Eu não votei”. Por isso eu exijo respeito.

Assim sendo, senhor presidente, eu vou mudar de assunto, visto que se trata de deputados inteligentes, companheiros e amigos meus, que não precisarão de mais explicação deste deputado a respeito do projeto de resolução. Ele será votado, sim, mas para outros, porque seria até uma ousadia votarmos um projeto que já está em andamento a assinatura popular de tantas pessoas.

Por isso é que esse projeto de resolução não tem nada a ver com o problema da Copel.

Senhor presidente, um assunto que me traz a esta Casa é sem dúvida o abuso do poder que o Banestado, através do Banco Itaú, vem usufruindo benefícios em detrimento da nossa população.

Quando aprovamos a privatização do Banco do Estado do Paraná, havia um compromisso, o Banco do Estado manteria aqui no Paraná sua matriz, o Banco Itaú assumiu o compromisso de aqui administrar o conglomerado Banestado, o outro compromisso.

O SR. VALDIR ROSSONI

(Assentimento)

Deputado Cartário, Vossa Excelência, vai entrar no outro assunto e eu quero me somar ao seu pronunciamento quanto à questão do Regimento Interno e quanto à questão da Copel.

Tenho visto as placas pelo Paraná e até gostaria de fazer um pedido aos colaboradores de placas, que as minhas cidades não foram ainda contempladas, e eu gostaria que fossem.

Só gostaria de alertar aos senhores deputados, de que os nomes que estão na placa de quem é a favor ou contra.

Em muitas daquelas está faltando nomes de deputados que votaram. Porque aqui não houve este ano, nenhuma votação que pudesse ter um novo levantamento. Então deduzindo o voto!

Acredito que quem age com inteligência no Parlamento procura garimpar os votos para a sua proposta. Como é que vai garimpar votos com a sua proposta, se estão colocando nomes de deputados que poderiam even-

tualmente votar favorável ao projeto de revogação da venda da Copel?

Tenho uma posição, Deputado Geraldo Cartário, que até o presente momento não mudei e não mudo. Sou favorável. Se este projeto estivesse na pauta da Ordem do Dia de hoje, eu votaria favorável, mas pode acontecer, e vejam o que está acontecendo no País, pode acontecer algo daqui a 20 dias, que venha a mudar de opinião. O que eles vão fazer com as placas que estão nas praças? Farão fogueira? Desculpe-me, os parlamentares meus amigos que fazem Oposição nesta Casa. Reconheço a experiência dessa bancada, mas nesse ato estão cometendo um erro tão grande, que uma coisa é certa, o deputado de Maringá, por exemplo, que já está na placa não tem mais o que pensar em mudar o voto, por quê? Eles já deduziam pelas informações que não são concretas, que o deputado é contrário ao projeto de revogação da lei. Ora, se alguém tem o desejo, se alguém tem o propósito de mudar uma lei, ele tem que ter voto dentro desta Casa, e não é tripudiando quem tem os votos desta Casa, que vai se mudar os votos.

A Oposição sabe muito bem que é minoria. Tem perdido as votações mais importantes desta Casa. Qual é o trabalho, se fosse fazer um trabalho inteligente? É esperar os acontecimentos, procurar esse movimento popular que estão fazendo, de repente, pode fazer um deputado mudar. E o que fará com aquelas placas que estão colocadas nas cidades de todo o Paraná?

Quero dizer a Vossa Excelência, Deputado Geraldo Cartário, que me somo e cada vez admiro mais a sua posição, e uma coisa é certa, o povo não gosta de pessoas covardes, o povo gosta de pessoas que têm posições claras.

Agora, não posso hoje, afirmar que daqui a 6 meses tenha a mesma posição de hoje, pois não sei o que vai acontecer; este País muda todo o dia.

O Fernando Henrique, outro dia, há 30 dias atrás, estava perante à opinião pública brasileira numa situação confortável. Trinta dias depois, está numa situação vergonhosa. A grande verdade é a seguinte, se alguém tem objetivo de trazer mais votos para esta proposta, não é dessa forma com que estão agindo.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Agradeço o aparte do Deputado Valdir Rossoni.

Vou conceder o aparte ao Deputado Alborghetti, que foi o primeiro que solicitou, mas gostaria que fosse breve, porque o meu objetivo é apresentar um projeto revogando os privilégios concedidos ao Banco Itaú.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Quero dizer a Vossa Excelência, que quando o ilustre líder do Governo apresenta o projeto, há necessidade de apoio. Quando se apóia um projeto, Deputado Nereu Moura, isso não quer dizer que você vá votar

o projeto. Você pode apoiar. Vossa Excelência pode trazer um projeto para mim, Deputado José Maria pode trazer, dá um apoio, agora, na hora da votação, isso não quer dizer que eu vá votar o projeto.

O que me deixou apavorado é que saiu uma lista aí chamando os deputados que deram o apoio à Mesa, de picuinhas, de traíras e não sei o quê! Eu sei que não foram os deputados da Oposição que fizeram isso. Foi uma terceira pessoa que fez tal lista e isso magoa profundamente a gente. Eu poderia chegar na televisão e inventar coisas, mas eu - não tenho essa ética. Defendo e brigo pelo Parlamento, brigo pela Situação, brigo por todos os que estão aqui. Isso não quer dizer de se dar apoio a um projeto e ontem eu recebi uma aula que não proíbe a entrada do projeto da iniciativa popular.

Tanto eu, o Chab, o Waldir, o Elio Rusch, todos os que estavam na reunião, e quando nós ficamos sabendo que não proibia a entrada do projeto, tudo bem, porque não podemos permitir, não podemos cancelar a iniciativa do povo. Quem nos trouxe aqui foi o povo. Não está aqui a minha assinatura. Como é que disseram que eu assinei? Isso é traição, é a sacanagem! Vocês poderiam ter o meu voto e por essa sacanagem posso mudar de opinião! É brincadeira dizer um negócio desses, dizer que eu assinei um papel e está nos panfletos que estão sendo distribuídos no Paraná inteiro e não consta aqui a minha assinatura!

É um desrespeito contra o Parlamento!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo um minuto para Vossa Excelência concluir o seu pensamento.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Esse documento, se é que está sendo colocado nas ruas, trata-se de um documento elaborado por picaretas. É uma picaretagem, porque o apoio não tem nada a ver com a votação.

Senhor presidente, eu pediria a sua compreensão, e Vossa Excelência tem a responsabilidade maior até do que nós, de prezar os interesses do povo do Paraná, visto que representa o segundo Poder do Paraná, que é o Poder Legislativo e eu leio a justificativa:

(Lê):

“Justificativa:

O Banestado S/A e suas empresas controladas não estão dispensando o atendimento necessário ao povo paranaense.

As reclamações que chegam a este Poder Legislativo Estadual são as mais variadas.

Desde funcionários que estão sendo demitidos, transferidos, perseguidos, retaliados, sem razões plausíveis, com fechamento de agências bancárias na capital e no interior do Estado.

O mau atendimento aos clientes do Estado do Paraná, o descumprimento, formal ou informal, de manter a administração centralizada em Curitiba, transferindo

todas as decisões administrativas do Banco e suas controladas e os recursos públicos para a capital de São Paulo.

Verifica-se na antiga sede da administração do Banestado S/A, no bairro de Santa Cândida, em Curitiba-PR, o desmonte da instituição financeira e o pouco caso com o povo paranaense.

É necessária uma tomada de posição e a Assembleia Legislativa do Paraná não pode se omitir diante desse quadro desolador que atinge a todos os antigos clientes e em especial ao povo do Paraná, que tinha na instituição uma alavanca para o seu desenvolvimento.

Constata-se uma sangria de recursos públicos em favor de São Paulo, onde os depósitos de nossa gente são transferidos para aquele Estado, em detrimento do nosso Paraná.

O presente projeto de lei privilegia os bancos paranaenses, com sede na Capital do Estado, Curitiba, onde se situam as suas respectivas administrações, e nada mais justo do que dar preferência às empresas do Paraná.”

Senhor presidente, o nosso projeto revoga as benesses concedidas ao Banco Itaú e as coloca aos bancos que têm sede administrativa no Paraná, no caso, o HSBC e o Banco do Paraná.

Era isso.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu gostaria de convidar o Plenário, visto que é uma matéria de interesse de todos, não só aos membros da Comissão de Segurança Pública que logo mais às dezesseis e trinta, na Sala das Comissões, a Comissão de Segurança Pública vai se reunir com as entidades civis organizadas e com as várias categorias da Polícia Civil e a questão a ser discutida será o Estatuto da Polícia Civil. Então os membros da Comissão de Segurança Pública, certamente, já foram convocadas para a audiência e também estendo o convite a todos os deputados para que se façam presentes, porque vamos discutir, amplamente, a questão do Estatuto da Polícia Civil. Obrigado.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas quero responder aos Deputados Alborghetti e Geraldo Cartário, que nenhum panfleto foi elaborado pela Oposição nesta Casa. Nós temos coragem para assumir as nossas posições feito com muita firmeza, mas não jogamos baixo, não jogamos miúdo. A nossa posição é política e defendemos nossa posição, mas não fizemos e não elaboramos nenhum panfleto para denegrir a imagem de qualquer deputado neste Parlamento.

Quero que fique claro aqui, para que não se confundam as coisas, nós jogamos com altivez e com firmeza.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno e Grande Expedientes o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

(Lê):

“Senhores deputados, foi aprovado por esta Casa em 22 de maio de 2001, a convocação do Senhor Ackichide Walter Ogasawara, para comparecer neste plenário, durante a sessão do dia 28 de maio, ontem portanto.

O objetivo do convite é para que se possa esclarecer aos membros do Poder Legislativo Estadual, sobre as divergências de pareceres das análises da área técnica e das instâncias superiores do Tribunal de Contas na apreciação das contas do Governo Lerner.

Pois bem, senhores deputados, como sabemos, ontem não houve a referida sessão.

Todavia, senhores, ontem mesmo, no sentido de talvez antecipar sua convocação pela Casa, aqui compareceu o senhor Rafael Iatauro, Presidente do Tribunal de Contas e sua equipe técnica.

Através do Ofício nº 681/2001, o Tribunal de Contas visa comunicar que tendo conhecimento da existência de alguma dúvida do Deputado Neivo Beraldin, apresentou um estudo que objetiva tão somente ampliar a interpretação das questões suscitadas e, finalmente, demonstrar a exata extensão de seu conteúdo e implicações.

Senhores deputados, creio como mais produtivo no momento, nos atermos à conclusão deste estudo elaborado pelo Tribunal de Contas, pois seu conteúdo abreviou, sobremaneira, o rol das 18 perguntas que previamente tínhamos a fazer para o Senhor Ackichide na sessão de ontem, que, como dito, não ocorreu.

Teremos então verdadeiros subsídios para que nossa decisão seja pela aprovação ou rejeição das contas do exercício financeiro de 1999.

Passarei então à leitura da conclusão do trabalho do Conselheiro Rafael Iatauro, Presidente do Tribunal de Contas; e após, faremos as demonstrações da área técnica do Tribunal.

“A detida análise de considerações feitas, sobre as contas do governador, do exercício financeiro de 1999, revela que o Tribunal de Contas, na emissão do parecer prévio, cumpriu rigorosamente com as exigências técnicas e legais.

É importante salientar que o trabalho desta Corte agrega, em seus documentos de resultado, todos os elementos de gestão pública constantes das contas do governador, envolvendo os sistemas orçamentário, financeiros, patrimonial e operacional, nada ficando segregado, exatamente para oferecer ao Poder Legislativo, titular do julgamento final, todas as informações cabíveis.

Acrescente-se que alguns, pela sua natureza, constituem elementos de base formal, técnica, de mérito e, por essa característica, não implicam, necessariamente, na recomendação da desaprovação das contas, mas em

alerta quanto ao alcance da sua tipicidade e dos reflexos no desempenho da ação governamental.

Na análise das contas do governador, a missão fundamental do Tribunal de Contas é a do amplo levantamento e comentário de todos os fatos, para que o Legislativo, soberanamente, proceda o julgamento.

Deveras, é crível afirmar que o Tribunal de Contas não aprova ou desaprova as contas do governo. A decisão final, nos termos da Constituição, é atribuição do Poder Legislativo.

Finalmente, é oportuno salientar que a decidida participação do Legislativo no julgamento das contas governamentais, revela, mais uma vez, o espírito democrático da Casa de Leis, sempre atenta à preservação da moralidade que deve presidir a gestão pública.”

Após ouvirmos esta conclusão, senhores deputados, faz-se mister um pequeno esclarecimento do porquê nos ativemos ao elenco dos 27 pontos relevantes, brilhantemente relatados na conclusão da Inspeção Geral de Controle, assinada por 10 técnicos do Tribunal, o qual capitaneou o grupo técnico que analisou a prestação de contas do exercício de 1999.

Pelos esclarecimentos do Presidente Rafael Iatauro temos:

“Na análise das contas do governador, a missão fundamental do Tribunal de Contas é a do amplo levantamento e comentário de todos os fatos, para que o Legislativo, soberanamente, proceda o julgamento”.

Senhores deputados, além do volume final da prestação de contas do exercício de 1999, cujo parecer prévio faz o fechamento do trabalho e respectivo encaminhamento à Assembléia Legislativa, existem mais sete volumes a saber:

Volume I - Relatório do Balanço geral Consolidado,

Volume II - Comprovantes do Ativo e Passivo,

Volume III - Restos à Pagar,

Volume IV - Anexos da Lei Federal nº 4320/64,

Volume V - Alterações orçamentárias,

Volume VI - Balanço da Administração Indireta,

Volume VII - Anexos da Lei Federal nº 4320/64 - Global.

- Relatórios da execução física do orçamento - programa,

- Relatório de controle de bens patrimoniais.

Então, senhores deputados, para não necessitarmos depurar toda essa gama de informações, devemos nos ater ao documento final do resultado deste profundo e minucioso técnico.

1 - ASPECTOS TÉCNICOS CONTÁBEIS

Item	Referência	Pontos Relevantes
1	Título IV item 1.3	Em função da sistemática contábil adotada desde 1997, pelo Estado, para as transferências às entidades da Administração Indireta, houve necessidade de ajustes para a demonstração do Resultado Orçamentário.
Nota 01: Estamos falando de uma distorção de 698 milhões, 445 mil reais que, de um superávit apresentado pelo governo de 544 milhões e 5 mil reais, resultou num valor ajustado, negativo, de 154 milhões e 440 mil reais.		
2	Título V item 1.1	A arrecadação da Administração Direta no exercício foi da ordem de R\$10,3 bilhões, sendo que 52% (5,4 bilhões) foi decorrente da efetivação da operação de crédito para saneamento do Banestado.
3	Título V item 1.2	Como reflexo do ingresso da Operação de Crédito, a aplicação do recurso deu-se na função Indústria, Comércio e Serviços, na Categoria Econômica Capital, elemento de Despesa Inversões Financeiras, gerando uma situação atípica se comparada com exercícios anteriores, onde prevalecia maior concentração de despesa na manutenção da máquina administrativa.
4	Título V item 1.3	Costumeiramente a Contadoria Estadual procede à atualização das Previsões de Receitas, diferentemente, desvirtuando desta forma o Resultado da Previsão Orçamentária.
5	Título V item 3.1	Em que pese o registro de receita da Alienação de Bens, o Estado não processou a respectiva baixa patrimonial, comprometendo o Resultado Patrimonial do Exercício.
Nota 02: Senhores deputados. Estamos falando da importância de 7,3 milhões de reais decorrentes de vendas de bens pelo governo, sem proceder à respectiva baixa patrimonial. Isso ocasionou a irreversibilidade do ativo, bem como o resultado patrimonial a partir deste fato, não reflete a sua exatidão.		
6	Título V item 3.2	O resultado Patrimonial Acumulado da Administração Direta foi um Passivo Real a Descoberto de R\$840,5 milhões
7	Título VI item 1.3	A receita do Fundef, apurada por esta Inspeção segundo critérios legais, diverge da apresentada pela Contadoria Estadual.
8	Título VII item 1.1	A previsão de receita, por ocasião da elaboração orçamentária, está superestimada em relação a sua efetiva arrecadação.

9	Título VII item 1.3.1	Os recursos advindos da Operação de Crédito para o saneamento do Banestado foram alocados no Programa Paraná mais Emprego.
10	Título VII item 1.3.2	Das despesas com Divulgação e Propaganda realizada pela Administração Indireta, somente 10,59% foram autorizadas por PADV's, e das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, apenas 0,01%.
11	Título VII item 1.3.2	Houve no exercício uma considerável redução nas despesas com Divulgação e Propaganda em relação aos últimos exercícios.
Nota 03: Observamos que se os 39 milhões foram necessários, porque o governo gastou 134 milhões em 98 e 117 milhões em 97? Ressaltamos que de 39 milhões, 424 mil reais; foram, aprovados através de Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação (PADV), apenas 19 milhões, 828 mil reais; sendo que nas empresas públicas de economia mista, onde foram gastos 13 milhões 771 mil reais, apenas 1 mil reais foram aprovados por PADV, o que representou 0,01%.		
12	Título VII item 1.3.3	Foram pagos no exercício em Precatórios o valor de R\$21 mil, resultando ainda saldo de R\$2,8 bilhões inscritos em Restos a Pagar. Este valor representa 68% do total da Dívida Flutuante do Estado.
Nota 04: O governo estava autorizado a pagar em 1999, o valor de 269 milhões, 802 mil e 607 reais. Empenhou 251 milhões, 842 mil e 591 reais. E pagou no exercício, apenas, 21 milhões, 236 mil, 901 reais. Ou seja, menos de 10% do valor empenhado.		

13	Título VII item 2.2	A Contadoria está registrando fatos não-financeiro, sob o título de Outras Operações, no Sistema Financeiro.
14	Título VII item 2.3	O saldo de Restos a Pagar ao final de 1999 foi de R\$3,3 bilhões.
15	Título VII item 3.1	O Saldo da Dívida Ativa apresentou crescimento de 48% em relação ao exercício de 1998, demonstrando deficiência no mecanismo de cobrança.
Nota 05: Observem, senhores deputados, que durante o período de 1995 a 1999, o Governo inscreveu em Dívida Ativa 2 bilhões, 445 milhões, 362 mil, 484 reais e 40 centavos. Baixou por recebimento 28 milhões, 468 mil, 102 reais e 12 centavos. E baixou por cancelamento, pasmem Senhores, o valor de 191 milhões, 681 mil, 711 reais e 18 centavos. O que é mais grave ainda que somente no exercício de 1997 foram inscritos em dívida ativa 602 milhões, 815 mil, 845 reais e 71 centavos. Baixou por recebimento 5 milhões, 965 mil, 829 reais e 56 centavos. Pasmem novamente Senhores, a baixa por cancelamento, neste ano de 97, foi de 68 milhões, 1.387 reais e cinco centavos.		
16	Título VII item 3.3	O Saldo da Dívida Pública totalizou ao final do exercício de 1999, R\$13.3 bilhões, correspondente a um acréscimo de 117,31% em relação a 1998.

17	Título VII item 3.4	Como resultado do saneamento do Banestado, o Estado incorporou ao seu patrimônio títulos de empresas e Letras do Tesouro Estaduais e Municipais.
Nota 5: Estamos falando aqui de 428 milhões de reais.		

2 - ASPECTO LEGAIS E JURÍDICOS

Item	Referência	Pontos Relevantes
01	Título II item 2	A partir de 1999, os Serviços Sociais Autônomos prestaram contas ao Tribunal, à exceção da Paranacidade que, até o encerramento desta Instrução, não havia feito.
02	Título VI Item 1.1	O Judiciário e o Ministério Público realizaram despesas acima do limite previsto.
03	Título VI item 1.2	O gasto com Educação atendeu ao limite constitucional. Se excluído o aplicado no Ensino Superior, o percentual reduzia para 22,83%
04	Título VI item 1.2	A comparação dos gastos com Educação nos últimos exercícios mostra o crescimento da base de cálculo (receita de impostos), contra uma redução na aplicação de recursos, principalmente no nível médio.
05	Título VI item 1.3	O Estado não cumpriu o disposto na Emenda Constitucional nº 14/96, que determina a aplicação de, no mínimo, 60% dos gastos de educação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.
06	Título VI item 1.3	O Governo Estadual não mantém conta específica e vinculada para movimentação dos recursos do Fundef, conforme determina o art. 3º, da Lei nº 9424/96.
07	Título VI item 1.4	De acordo com os Relatórios de Balanço, os gastos com pessoal atingiram o percentual de 61,14%, e os cálculos apurados na análise resultaram em 66,47%, estando em ambos os casos acima do limite permitido da Lei Complementar nº 96/99.
08	Título VI item 1.5	A aplicação de recursos em Ciência e Tecnologia foi de 0,96%, abaixo do disposto no art. 205 da Constituição Estadual.
09	Título VII item 2.1	À semelhança dos exercícios anteriores, o Governo Estadual captou em 1999 recursos título de Recolhimento Antecipado de ICMS.
10	Título VII item 3 e 4	Tramitam nesta Corte processos de Denúncias e Impugnações de Despesas propostas contra Administradores Estaduais.

11	Título VII item 2.1	Houve no exercício uma considerável redução nas despesas com Divulgação e Propaganda em relação aos últimos exercícios.
----	------------------------	---

CONCLUSÃO

Quando se ouvia a frase:

“Governo do Paraná, a transformação que a gente vê”.

Entenda-se a transformação que a gente não via.

Isso serve de reflexão, para cada um de nós, que estamos aqui com delegação popular.

Mas o tempo se encarrega de tudo.

A casa caiu em cima dos Conselheiros do Tribunal de Contas. Só não caiu antes porque existia Anibal Khury e a omissão dos deputados, por indução dos conselheiros que sempre representaram o papel político.

É incrível essa constatação, mas é a pura realidade.

Diante das ocorrências aqui levantadas, para o bem do povo do Paraná, esta Casa de Leis não poderá agir de outra forma, senão rejeitando as contas do Governador Jaime Lerner no ano de 1999.

Não poderá ser, não há forma, que os deputados estaduais, possam encontrar para aprovar as contas, dado a flagrância das irregularidades, rejeitando as contas do Governador Jaime Lerner no ano de 1999.

Bem como, refletir sobre a estruturação de um corpo técnico que efetivamente assessorar este Poder Legislativo.

Fica evidenciada a atuação meramente política dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com o que, de antemão, já podemos desconsiderar a importância do Corpo de Conselheiros do Tribunal de Contas do nosso Estado.

Senhor presidente, pretendo resumir e esse som, - esse técnico de som que fica a dever, porque a minha garganta já foi. Agora pretendo dizer aos deputados o seguinte: os técnicos do Tribunal de Contas merecem a nossa gratidão. Porém, o que se constata, é que, quando chega para o Plenário, para os conselheiros, se faz uma maquiagem onde induz os deputados estaduais a um erro flagrante.

E vejamos aqui, nos anexos, como disse anteriormente, são muitos os volumes que devem ser analisados pelos técnicos. Mas, aqui nas mãos dos deputados, chega uma análise, uma síntese da conclusão de um trabalho realizado pelos técnicos do Tribunal de Contas.

Aí em um determinado dia, senhor presidente, senhores deputados, os conselheiros se reúnem e dizem o seguinte, após as considerações, a maquiagem: as contas merecerão parecer prévio e segundo o Plenário, por unanimidade os senhores conselheiros, analisam as contas com possibilidade de serem aprovadas pela augusta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Então, senhores deputados, quem tem esse papel constitucional, é a Assembléia Legislativa.

Os Conselheiros servem para tentar induzir os senhores deputados ao erro. E que me provem o contrário, porque para discutir, contraditar com os Conselheiros, não é preciso muito. É só pegar a própria constatação dos técnicos do Tribunal de Contas, que veremos que está constatada, ponto por ponto. Evidentemente, esta constatação é de difícil conhecimento de um parlamentar que não tem a formação específica para auditar as contas de um Governo.

Concedo aparte ao Deputado Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo

Deputado Neivo Beraldin, inicialmente parabéns pelo estudo que Vossa Excelência vem desenvolvendo acerca do tema.

Ouvi hoje, declarações do Presidente do Tribunal de Contas, em nome daquela instituição, dizendo que o Tribunal seria bem sucedido na análise das contas e poderia recomendar a reprovação se tivesse acesso ao sigilo bancário e fiscal das pessoas envolvidas.

Achei de uma forma tão descabida, porque o Tribunal de Contas tem a função de fazer emitir um relatório para a nossa análise.

Acontece que o Tribunal, historicamente, tem feito um esforço danado para não reprovar as contas.

O esforço não é no sentido de identificar erros, clareá-los, e colocar à luz para que possamos decidir; o esforço está no sentido de aprovar esconder os erros.

Ou então vejamos: qual foi a conta de um Governo de Estado que mereceu a reprovação do Tribunal de Contas até hoje?

Todas elas com irregularidades. Mais graves, mais simples, mas do Governo do Estado do Paraná, Jaime Lerner, já denunciado pela App Sindicato, um farto dossiê, a Comissão de Educação que eu presidia, ao Ministério Público, ao próprio Tribunal, com relação, por exemplo, aos recursos do "Fundef", não atingiu a cota determinada pela Emenda 14. Não tem conta específica digna de um governo que se diz transparente, de um governo que coloque às claras o que está se gastando.

Sobretudo o dinheiro mais sagrado que é o dinheiro da educação. Estão aqui os ilustres representantes dos professores do Paraná, que fizeram essa denúncia e merecem todo o nosso respeito e o nosso aplauso.

Então vejam bem: Um sindicato tem a capacidade de produzir um relatório que aponta irregularidades, pelo menos no aspecto muito antes do próprio Tribunal de Contas, que está dando o parecer, se não me falha a informação, está com o parecer favorável às contas, por unanimidade. É um absurdo.

Segundo o Presidente do Tribunal de Contas, eles apenas emitem um relatório para análise da Assembléia Legislativa.

Eu queria dar então um conselho aos conselheiros do Tribunal de Contas: sejam rigorosos nos relatórios.

Se algum Poder pode ser mais ameno e entender por uma aprovação política, é esse Poder aqui, o Poder Legislativo.

Agora, do ponto de vista técnico, eles têm que ser absolutamente rigorosos, se quiserem ser conseqüentes, senão, mais uma vez manifesto a minha opinião. Se o Tribunal de Contas é para continuar do jeito que está, se um dia ele faltar, ninguém vai notar.

Ou então, tira-se o conselho, deixa-se só os técnicos e emite-se um parecer, que politicamente resolvemos as coisas, aqui.

O SR. NEIVO BERALDIN

Esta é a grande constatação que nós chegamos: não há razão do meio-campo. Porque ninguém exerce mais a política de salvaguardar os interesses do governo, do que os conselheiros. Os conselheiros fazem o meio-de-campo para iludir. Finalmente, Deputado Colombo...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Neivo Beraldin, pediríamos que concluísse o seu pronunciamento. Vossa Excelência tem mais dois minutos para concluí-lo.

O SR. NEIVO BERALDIN

Eu nunca vi os membros do Tribunal de Contas e nunca vi um deputado aqui, na Assembléia Legislativa, assessorarem-se, como estou fazendo, com técnicos e analisar as contas do governo.

Vossa Excelência sabe como era no passado. Só que as coisas mudaram. O tempo mudou. O que se constata, aqui é que se nós não conseguirmos fazer os nossos pronunciamentos em cima de dados concretos, não há nenhuma razão de fazermos aqui um palanque. Estamos aqui sobretudo, para fiscalizar o Executivo e também fazer leis, mas sobretudo fiscalizar. Não podemos permitir que alguns conselheiros, nomeados politicamente, e que detêm uma força extraordinária perante o Executivo, venham aqui remeter as contas, para iludir este Parlamento.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Deputado Zuk.

O Sr. Luiz Carlos Zuk

Nobre Deputado Neivo, primeiramente quero cumprimentá-lo pelos números e pela transparência daquilo que poderia ser ratificado pelos técnicos do Tribunal de Contas.

O que nos chama a atenção nobre deputado, a mim, aos Deputados Strapasson e Eli Ghellere, é aquele dado sobre os cancelamentos de débitos no exercício de 99, com mais de 10 milhões de reais e, logo em seguida, o outro cancelamento que quase alcança 50 milhões de reais.

Vamos saber através de um requerimento, que pediria a Vossa Excelência que nos fornecesse os números exatos, da bancada de Oposição.

Creio que o nosso líder, Waldyr Pugliesi e os líderes de outros partidos irão se somar a nós todos, a isso, para sabermos quem e por que foram cancelados os débitos inscritos na dívida ativa do Estado do Paraná. Havemos de descobrir quem foi beneficiado para, daí, após isso, agirmos de outra maneira, que a lei nos permitir.

Parabéns, deputado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Vossa Excelência detectou no meu pronunciamento algo efetivamente real.

Concedo um aparte ao deputado Edson Strapasson.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Neivo, Vossa Excelência extrapola o tempo do Pequeno e do Grande Expedientes.

O SR. NEIVO BERALDIN

Solicito a Vossa Excelência que considere a relevância do assunto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Strapasson, pediria a Vossa Excelência que consultasse a liderança da Oposição, para que use o seu tempo. Do PSDB já foi usado.

Concedo a palavra ao Deputado Edson Strapasson, pedindo-lhe que seja breve.

O Sr. Edson Strapasson

Deputado Neivo, o senhor traz à tribuna mais uma vez, um assunto de elevada importância e gostaríamos de fazer um debate mais aprofundado - sabemos da limitação do tempo de plenário.

Acho que seria importante esta Casa realizar, juntamente com as comissões responsáveis: Finanças, Orçamento e Obras - quando envolver aplicação de recursos - para podermos fazer uma auditoria mais profunda e poder levar isso adiante, para que não tivéssemos apenas um pronunciamento, que muitas vezes não é levado adiante. Acho que quando vier o orçamento, realmente, isso terá que ser discutido. Porque não é possível que tenhamos, aí, com a convivência desta Casa, ações do governo onde um bilhão cai para cá, cancela 50 milhões para lá e a coisa fica do jeito que está.

Acho importante esta Casa tomar a posição daquilo que lhe cabe, que é fiscalizar as ações do governo e, principalmente, a aplicação do recurso público, que é sagrado.

Olha, considero pertinente o seu aparte.

É preciso, sim, que essa Casa reúna, especialmente aqueles que detêm determinação para avaliar o que os técnicos remeteram, digo, o Tribunal de Contas remeteu, e não tenha dúvida, na hora que manusear todos os dados, vai notar o crescimento da dívida, aumento de publicidade, mais ou menos nesse gráfico. A receita e o ICMS caíram, aqui, por incrível que pareça, aqui está a síntese que o Tribunal de Contas nos remete, tão somente aqui!

Então diz o Conselheiro: mas o nosso parecer é prévio, ele não tem poder conclusivo. É evidente que não tem, mas aqui está o trabalho de quem os assessorou.

Então, senhor presidente, senhores deputados, espero ter contribuído mais uma vez, nesta Casa, sob a responsabilidade que pesa sobre nossos ombros e, sobretudo, quando recebermos o balancete de 2000, nós vamos concluir: o Governo Lerner vai vender a Copel ou deseja vender a Copel para tapar furo, furo que não se sabe aonde foi aplicado! Porque não é possível quatro agência de propaganda receberam milhões de reais e não se saber para onde foi este dinheiro. Fora as outras constatações.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu acho que houve qualquer engano de Vossa Excelência porque se nós já entramos no Grande Expediente não pode retroceder ao Pequeno, até porque eu pedi também para falar no Pequeno Expediente e não foi permitido porque já estava completo o número de oradores.

Nada contra o Deputado José Maria Ferreira mas me parece que Vossa Excelência não pode retroagir.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Procede a questão de ordem levantada por Vossa Excelência mas aqui, em deferência ao Presidente Hermas Brandão, que havia disponibilizado o tempo do Grande Expediente ao Deputado Neivo Beraldin, dada a relevância desse assunto, essa Presidência vai respeitar ainda os dois inscritos no Pequeno Expediente.

Com a palavra o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

Primeiramente gostaria de aqui parabenizar o Deputado Neivo Beraldin pelo excelente trabalho técnico, pesado, difícil inclusive de despertar a atenção e o interesse, mas de suma importância para entendermos o momento que vivem as finanças do Estado do Paraná. Elas hoje são frutos do que foi feito, das realizações feitas nos anos de 96, 97, 98 e 99, mostrando que o Estado não quebrou ontem mas quebrou nesses anos que se passaram.

Mas, o que me traz aqui, eu não iria falar, mas após o pronunciamento do Deputado Geraldo Cartário, que não sei se ainda se encontra em plenário, me fez pedir o tempo do Pequeno Expediente do Deputado Sérgio Spada, que teria à disposição, de discutir sobre o direito do consumidor, de certa forma castrado pelas medidas provisória do ministério do apagão. O Deputado Sérgio Spada, do PSDB, já foi secretário de Defesa do Consumidor, hoje iria fazer uma análise, a quem rendo meu agradecimento, pela cessão desse pequeno período.

Nós estamos observando um novo clima na Assembleia Legislativa. Até bem pouco tempo, quando

se falava contra a privatização da Copel, simplesmente não tinha nenhum Deputado do Governo para dizer o contrário, para pelo menos obstar aquilo que a Oposição colocava, porque achavam que a Oposição pregava no vazio, que a venda da Copel eram “favas contadas”, porque tinham votos e a Oposição não os tinha para sobrepor a condição do Governo.

Sabíamos que não seria com discurso nesta Casa, Deputado Waldyr Pugliesi, Deputado Valdir Rossoni que usou do aparte, que nós iríamos devolver, iríamos justificar contra a venda da Copel, mas sabíamos que, se não tínhamos os votos suficientes nesta Casa para fazer a revogação da Lei nº 12.355, tínhamos, aliados à população do Estado do Paraná, a grande força motora para sensibilizar a consciência daqueles que vieram aqui para representar o voto do povo.

Foi por isto que os deputados que não concordam com a venda da Copel, e aqui eu quero dizer já, especialmente para aqueles que hoje se sentem ofendidos por painéis e placas, porque não devem ser ofendidos quando as suas posições foram aquelas que tomaram de livre consciência ou sob o tacão do Governo do Estado.

Tomou por livre deliberação o Deputado Cezar Silvestri, inclusive subscrevendo ele e o Deputado Marcos Isfer, um projeto que revogava parte da Lei nº 12.355.

Os Deputados Tony Garcia, Ademir Bier, Edson Strapasson, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Luciana Rafagnin, Irineu Colombo, Hermes Fonseca, Eli Ghellere, Luiz Fernando Litro, Sérgio Spada, Pastor Edson Praczik, Antonio Anibelli, Orlando Pessuti, Ângelo Vanhoni, Renato Gaúycho, Algaci Tulio, Neivo Beraldin, Caíto Quintana e este Deputado que vos fala, não ficaram à sombra das liberações das verbas, esses deputados aceitaram o mandato que receberam da população e não se curvam diante da pressão de prefeitos ou da sociedade, por interesses particularizados, mas viu, o interesse amplo da sociedade paranaense, viu sim, o interesse estratégico da sociedade paranaense, e agora quando a população toma sob sua responsabilidade de fazer valer com os representantes, possam expressar os seus sentimentos.

Vejam alguns outros revoltados, dizendo que não aceitam que seus nomes sejam colocados.

Eu quero dizer que não fiz nenhum panfleto apócrifo porque não tem sido esta minha conduta ao longo da minha vida.

Quando coloquei os placares, fruto da determinação do Fórum Paranaense de Defesa da Copel, coloquei o meu nome embaixo como faço em todos.

Sempre assumi a responsabilidade pelo que fiz e vou continuar a fazer porque acho que isto não é um demérito aos nossos companheiros que têm posição diferente, mas é uma forma que encontramos de levar à sociedade o conhecimento daquilo que está se fazendo, daquilo que está perpetrando na Assembleia Legislativa do nosso Estado.

Por isso não venham aqui uns outros dizer que não fiz, eu não votei, eu não participei.

Eu ouço algumas entrevistas em rádios, da minha região, que fico a pensar.

Bom desta vez nós conseguimos o 25º na Assembleia Legislativa em prol da não venda da Copel.

Tanto é a afirmação que faz na questão da Copel. Mas aqui tem um comportamento diferente, e é isso que nós estamos a expor ao povo do Paraná.

Que tenhamos um comportamento só. Eu sempre respeitei quem tem posição, sempre respeitei quem tem coerência, sempre respeitei e vou respeitar aquele que disser: eu voto na Copel porque entendo que a Copel é ineficiente, eu voto na Copel porque entendo que o Governo do Paraná precisa tampar o buraco que está aí, mas não vir dizer a mentira ao povo do Paraná, porque não dá mais, não é mais hora de mentir.

Isso, senhor presidente, é que estamos a fazer. Com certeza, teremos mais painéis, mas nunca nenhum boletim apócrifo; sempre caberá o nome, especialmente da Bancada de Oposição, especialmente daqueles que são contrários à venda da Copel.

Estamos para distribuir, para instalar no Paraná 200 painéis expondo aqueles que são contrários à venda, mas sem expor senhor presidente, o nome daquele que não estão. Lá vai vigorar um espaço para aqueles que querem vir se somar à venda da Copel.

Acho que é hora de o Governo Lerner tomar uma responsabilidade diante da história e do Paraná. Hoje, mais do que nunca, existe motivo para a privatização da Copel. O Governador inclusive tem um argumento forte, que há questão de 4 meses atrás, nem o Governo Federal ao qual o meu Partido pertence, tinha previsto ou tinha anunciado à Nação a possibilidade de escassez e de problemas profundos na nossa economia. Hoje a Copel serve de instrumento manejador dos recursos e da atividade industrial do nosso Estado.

É isso que nós precisamos ouvir do senhor governador, que diz representar os paranaenses. Espero que assim ele proceda.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela Ordem, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, constatei nos anexos do Tribunal de Contas, que o empréstimo para o saneamento, foi feito junto ao INSS.

Solicito a esta Presidência, que requeira melhores explicações sobre o contrato de saneamento do Banestado, porque, se o dinheiro veio do INSS, nós estamos diante de um absurdo.

Agora também precisamos saber quanto é que está sendo pago de juros em relação a esse financiamento de saneamento do Banestado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito a Vossa Excelência que encaminhe um requerimento para ser votado pelo Plenário desta Casa.

No pequeno Expediente e no Horário da Liderança do PFL, Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente e senhores deputados.

Para mim é uma satisfação enorme receber os elogios e receber, por que não, também as críticas dos nobres colegas deputados.

Participei ativamente na luta pela Assembléia Nacional constituinte, pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, pela Eleições Diretas para presidente da República.

Essa foi e será sempre a minha luta pela democracia e pela coerência.

Por graça de Deus, pude cursar direito, aprender a interpretar as leis e com muita seriedade interpretá-las dentro dos princípios jurídicos, que norteiam o nosso sistema.

Por isso, fico muito à vontade para externar aqui as minhas convicções e as minhas posições, que aliás sempre foram públicas e sempre me pautei pela coerência.

(Lê):

**“ALTERAÇÃO DO REGIMENTO
VEDANDO A REAPRESENTAÇÃO
DE PROJETOS
inclusive retirados**

É da tradição dos parlamentos democráticos que o parlamentar tenha direito de apresentar projetos, que grupos de parlamentares possam fazê-lo livremente, que as decisões sejam tomadas democraticamente, ou seja no voto, e prevaleça a vontade da maioria dos parlamentares, e que a parte vencida democrática e pacificamente, aceite e receba o resultado.

Não apresentei e não apresentamos o projeto que altera o Regimento Interno para cercear o direito de apresentar projetos a quem quer que seja.

Tivemos, sim, a intenção de impedir a reapresentação de projetos, debatidos e retirados, porque tinham a intenção e o caráter puramente político e eleitoral, fundamentalmente usado como mote de campanha no Estado do Paraná.

Tais atitudes afrontam a tradição e a boa prática parlamentar. É óbvio que a retirada de projetos relativos à Copel, momentos antes de sua votação, visou e visa manter a discussão da matéria, com claras intenções eleitorais, visando desgastar o governo do Estado do Paraná.

Além do já retirado há um projeto tramitando nesta Casa, de autoria do Deputado Tony Garcia, sobre matéria que, nos próximos dias, teremos a apresentação de um outro projeto com o mesmo objeto, com a mesma natureza revogando a autorização de privatização da Copel, encaminhado pela iniciativa popular, de milhares de cidadãos do Estado do Paraná.

A intenção não é evitar o uso, mas a intenção, sim, é evitar o abuso, pois esse tipo de manobra afronta a tradição dos Parlamentos Democráticos. Nós estamos agora revisando o Regimento Interno desta Casa de Leis, porque ele já deixou de ser Regimento de uma só pessoa.

O Regimento tem que ser democrático, tem que ser transparente. As Questões de Ordem levantadas, devem encontrar respaldo no Regimento e serem decididas, não de maneira casuística, mas com amparo naquilo que nós parlamentares votarmos com o projeto do Deputado Caíto Quintana, pela transparência.

Vamos manter o projeto de resolução, porque temos o ideal de reformar o Regimento Interno desta Casa, para evitar que projetos retirados possam ser reapresentados, visando manter a discussão unicamente como mote eleitoral.

O que se pretende é fazer o mesmo que se fez em situação semelhante, já de longa data, no Regimento da Câmara Federal, mas não posso, em hipótese alguma, pelo meu passado, pelos meus princípios, constranger os meus companheiros de Bancada, constranger e aviltar os meus próprios sentimentos, levando a pecha de impedir um projeto de iniciativa popular.

Não! Não impeço e não impediremos, por convicção absoluta, nenhum projeto de iniciativa popular, senhor presidente, porque sabemos respeitar a opinião da população, mesmo que ela seja signatária e minoria desse projeto.

Sou a favor do voto aberto, do voto transparente, porque parlamentar tem que assumir o ônus do voto.

Se sou a favor da privatização, por convicção política e ideológica, não sou a favor, por coerência eleitoral.

E quero, pessoalmente, guardar as notas taquigráficas destas últimas sessões que se realizam, em que se debatem as questões da Copel, porque o que estamos vendo aqui hoje sobre a Copel, é o mesmo filme que se enxerga na cidade de Londrina, com relação à Sercomtel, antes da eleição, um mote eleitoral de ser contra a privatização de empresas públicas.

Depois, a realidade é outra, porque é necessário se administrar e quando se tem escassez de recursos, tem que se viabilizar recursos, com privatizações, como fez o falecido Governador de São Paulo, Mário Covas.

Muda-se o discurso para se viabilizar, financeiramente, as administrações públicas. No último dia do ano próximo, o mandato do Governador Jaime Lerner estará encerrado, um outro governo assumirá o Paraná e não vai tardar 6 meses para que o futuro governador - se este não conseguir realizar a privatização da Copel, envie a esta Casa de Leis projeto de lei autorizando a privatização da Copel. E muitos daqueles que fazem discurso contra, subirão àquela tribuna ou a esta, defendendo a privatização da Copel por necessidade extrema de caixa.

Por isso, senhor presidente, eu não vou retirar o projeto, mas atendendo aos apelos dos nossos parlamentares da base de sustentação política e também o respeito que tenho pelos deputados da Oposição - com quem por

muitos anos convivi e convivo nesta Casa, vou pedir para que seja sobrestada a sua votação. Vou pedir, senhor presidente, para que só inclua na Ordem do Dia a alteração do Regimento Interno desta Casa quando nós aqui tivermos votado o projeto de autoria do Deputado Tony Garcia, um projeto de iniciativa popular que será entregue nesta Casa no próximo dia 11. Porque nós, parlamentares, temos que ter posições públicas assumidas e transparentes. Mas não posso abortar e não podemos aceitar a idéia que tentam nos imputar, que, com uma manobra, impedimos a votação desse projeto.

Quero refletir um pouco mais sobre a transparência e a legalidade do nosso projeto, que rogo a Vossa Excelência, para que o Poder Judiciário aprecie esta matéria, independente de liminar concedida ou não, para que o Poder Judiciário aprecie o mérito. Quero que o Poder Judiciário aprecie o mérito, porque vai ficar, se for esse o entendimento da Justiça, que em questões regimentais, em questões internas do Poder Legislativo o Poder Judiciário não se pronuncie. Mas quero o mérito, não me basta a liminar - nem a nosso favor ou a favor da Oposição.

Senhor presidente, o artigo 104 do Regimento Interno da Câmara Federal, diz: “em qualquer fase do seu andamento será requerida pelo autor ao Presidente da Câmara, que tendo obtido as informações necessárias, deferirá ou não, o pedido com recurso para o Plenário”. O § 4º do mesmo Regimento: “a proposição retirada na forma desse artigo, não pode ser reapresentada na mesma Sessão Legislativa, salvo deliberação em Plenário”. Isso não é casuísmo. O § 5º: “as proposições de iniciativa do Senado Federal - de outros Poderes, do Procurador Geral da República ou de cidadãos, poderia se ler, aqui, de iniciativa popular, aplicar-se-ão as mesmas regras”.

Ora, tentar deturpar, tentar enlamear a luta democrática de pessoas que acreditam na democracia e que querem ter um Regimento Interno que não seja de uma só pessoa, senhor presidente, ou de um único, só, presidente, é demais. Não posso aceitar! Não estou inventando. Isto é o Regimento da Câmara Federal. Muitos Parlamentos das Américas se espelharam no Regimento da Câmara Federal para cessar a tramitação de projetos retirados pelo autor. Mesmo projetos de iniciativas de cidadãos não podem - num mesmo período, na mesma Sessão Legislativa, o Parlamento se por a discutir e a votar matérias que já foram sepultadas por iniciativa de seus autores que tenham a mesma natureza. Mas, sim, aceito o apelo da bancada de sustentação política, aceito os apelos da Oposição e fica sobrestado, se este for o entendimento também de Vossa Excelência, a discussão e a votação durante esse período.

Mas, tão logo tenhamos aqui votado mantendo a privatização da Copel ou rejeitando a privatização da Copel, não abro mão. Em outro dia apelo a Vossa Excelência para que seja submetido ao voto desse Plenário, porque queremos a transparência, queremos, sim, um Regimento que com muita competência está sendo elabo-

rado pelo Deputado Caíto Quintana, onde o poder não esteja somente concentrado nas mãos do presidente. Queremos um Regimento Interno para todos os deputados, de preferência onde nossas Comissões Permanentes possam funcionar com autonomia, de preferência onde os nossos deputados que participam de Comissões possam ter autonomia na convocação de Secretários de Estado. Queremos um Regimento que não seja para a Situação ou para a Oposição, mas que seja para todos nós, Parlamentares.

Por isso, senhor presidente, fico com a convicção absoluta, me perguntou a imprensa: “o senhor recuou?” Não. Simplesmente ajo com o bom-sendo que o momento requer. Sabemos que o que está em debate é a antecipação do processo eleitoral, onde a Oposição - com competência, antecipa o processo eleitoral. E tenho certeza que esse é um direito da Oposição, mas, como disse, vamos ver após a privatização ou a não privatização da Copel, após 1º de janeiro de 2003, como vão se comportar aqueles que hoje fazem discurso à não privatização.

Concedo aparte ao Deputado Cezar Silvestri, e na sequência, ao Deputado Traiano.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Durval Amaral, primeiramente queria parabenizá-lo pela coragem, porque ser líder do Governo que a cada dia, a cada semana nós vemos um novo escândalo ser estampado através do noticiário estadual, realmente, é preciso ter muita coragem, e Vossa Excelência é extremamente corajoso.

Agora, não vou aceitar, deputado, de forma nenhuma, que Vossa Excelência queira caracterizar os projetos contra a privatização da Copel, de projetos eleitorais. O Deputado Marcos Isfer e eu, apresentamos um projeto que inclusive dá alternativas ao governo. O nosso projeto permite que o governo mantenha em suas mãos o setor de geração e transmissão. E permitindo que o governo venda a distribuição e 27 outras empresas que a Copel tem o controle acionário.

Então, de forma nenhuma posso aceitar que Vossa Excelência diga que são projetos eleitorais. O que Vossa Excelência está procurando fazer, neste momento, com inteligência e com sabedoria, é procurando tirar um carimbo que Vossa Excelência estava recebendo por parte da população paranaense de ser totalmente antidemocrata, de estar apresentando um projeto fascista, nazista e golpista, até para rimar. E a população toda do Paraná estava carimbando Vossa Excelência, de “Projeto Deputado Durval Amaral”.

Agora, se Vossa Excelência, estrategicamente, ou até porque está ouvindo o clamor na rua, recua no seu projeto, não pode acusar aqueles que estão tendo uma visão estratégica do Estado, como eu e diversos outros deputados que tivemos a coragem de inclusive romper com o Governo do Estado em cima deste projeto. Não vou aceitar esse carimbo, de que seja um projeto eleitoral, como Vossa Excelência quer falar.

O Sr. Ademar Traiano

Deputado Durval Amaral, ouço o seu pronunciamento e quero dizer aqui que a sua decisão foi realmente sábia e Vossa Excelência teve a grandeza de conversar, discutir, conversar com todos os parlamentares da Bancada do Governo. E a sua decisão somente foi tomada pela sustentação que os seus companheiros deputados, que hoje defendem a bancada do Governo lhe deram no momento em que se tomou a decisão de retirar temporariamente, essa alteração do Regimento Interno.

Quero, ao me somar ao seu pronunciamento, dizer que temos uma posição muito clara com relação à posição Copel e não me amedronta qualquer tipo de insinuação que possa querer tentar colocar perante a sociedade organizada do Paraná, com relação à Copel. Sempre mantive nesta Casa uma postura de posições claras, sem nenhum temor, sempre me submeti às urnas desde o meu primeiro mandato de vereador, encarei com muita naturalidade, encaro na minha região, vou para as rádios, escuto, nos encontros políticos, converso com a minha gente, com muita clareza, respeito aqueles que contestam neste momento, a posição contra a venda da Copel. Mas, tenho, com certeza, o respeito da população que tenho posição, porque não me acovardo ante as manifestações que queiram, de uma forma não democrática, fazer com que a voz daqueles que têm posições claras, fiquem calados. E nós, de forma alguma, também vamos permitir que ações dessa natureza cessem e cale a nossa voz. Não tenho nenhum temor, enfrento a população, vou para o rádio, coloquem o meu nome lá no Sudoeste do Paraná, na minha região, sem nenhuma preocupação: não tenho medo. Venham da forma que quiserem, porque tenho convicção, tenho a visão do político e do empresário, acima de tudo.

E gostaria, Deputado Durval Amaral, que Vossa Excelência, na primeira oportunidade, fizesse com os deputados de Oposição e muitos daqueles que hoje atacam a venda da Copel lessem o artigo da revista Veja, desta semana: "Chega de saudade. Começou a discursar para tentar provar que a grande vilã do apagão foi a privatização. Não foi". O texto é muito claro, faz uma análise com frieza, com serenidade, do momento que estamos vivendo, fala da privatização da telefonia, quando um telefone custava 3 mil reais. E hoje o pobre tem lá na sua casa uma linha telefônica por 10 reais. Lógico! Temos problemas? Temos sim, porque saltamos de 10 milhões de telefones para 100 milhões.

Portanto, Deputado Durval Amaral, terei a oportunidade de fazer aí desta tribuna um discurso com relação a isso que encontramos na revista Veja. Não temos e com certeza a bancada do Governo que aqui está haverá de enfrentar o projeto popular, sim, porque quem já votou aqui no primeiro momento em defesa da Copel, não vai se acovardar. E tenho a certeza que a população respeita aqueles que não são covardes.

Muito obrigado! Parabéns pelo seu discurso!

O SR. DURVAL AMARAL

Muito obrigado pelos apertes!

Senhor presidente, para concluir, quero só afirmar efetivamente ao Deputado Cezar Silvestri, por quem eu nutro um profundo respeito e admiração...

Para concluir, efetivamente, Deputado Cezar Silvestri, o projeto nada tem de fascista e coisas semelhantes que o valham, até porque acredito que o senhor não tenha lido o projeto e está dando uma opinião sem conhecer com profundidade, porque se o senhor tivesse lido, com toda a certeza...

O SR. CEZAR SILVESTRI

Deputado Durval Amaral, eu li e inclusive esqueci de dizer o seguinte: o senhor falou que o seu projeto não ia contra os interesses dos cidadãos. É só o senhor ler um dos artigos que diz: é contra a reapresentação de projetos de qualquer autoria, inclusive dos cidadãos. Eu acho que Vossa Excelência voltou atrás, e acho que voltar atrás não é pecado. Pelo contrário, quando se reconhece um erro...

O SR. DURVAL AMARAL

Eu peço só que o senhor me respeite, o senhor me aparteou; só estou tentando lhe esclarecer, até porque não tenho interesse de polemizar!

Efetivamente o artigo 67 da Constituição Estadual está contemplado neste projeto de resolução que apresentamos, ele é o espelho do artigo 70 da Constituição Federal, o artigo 104, do Regimento Interno, da Câmara Federal está contemplado neste projeto de resolução. O artigo 127 do nosso atual Regimento Interno também está contemplado, significativamente, neste projeto de resolução. Então, esse entendimento que tem Vossa Excelência, tenho certeza mais por força de expressão do que por maldade, é colocado desta forma.

Senhor presidente, para encerrar e concluir quero só dizer que o Poder Judiciário tem se manifestado e reconhecido inclusive, que pelo princípio da auto-organização, os poderes legislativos têm autonomia para elaborar ou modificar os seus próprios Regimentos, desde que não conflitem. Ou seja, desde que não tenham conteúdo contrário aos textos das Constituições Federal e Estadual. Não se confunda conteúdo contrário com conteúdo paralelo.

Esse faz parte da discriminabilidade autômica que têm os Poderes Legislativos para elaborar ou justificar as suas normas internas.

Senhores deputados, senhor presidente, muito obrigado pela atenção, pela compreensão.

Fica registrado, publicamente, aqui que somente voltaremos a querer, insistir na votação desse projeto de resolução, que poderá ser aprimorado por emendas, inclusive da Mesa Executiva, porque o nosso objetivo é a transparência.

Com aparte o Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Eu só quero cumprimentá-lo pela atitude que toma, a exemplo do que disse o Deputado Silvestri, de voltar atrás, sei lá se esse é o termo, ou de entender que o momento não é melhor para discutir o Projeto nº 15/2001 que impedia a apresentação, a reapresentação de projetos que tinham sido arquivados e impedia, inclusive a apresentação do projeto de iniciativa popular.

Quero cumprimentá-lo por essa atitude e apenas lamentar o nervosismo do Deputado Traiano, que realmente foi de uma agressividade no seu depoimento, empalmendo a Revista “Veja” e fez, na seqüência, a defesa da privatização do sistema de Telefonia.

Agora, é bom que se diga que ele, na condição de Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, foi um dos que mais assomou à tribuna no ano passado, para denunciar as irregularidades e os problemas que estavam acontecendo logo após a privatização da Telefonia no Estado do Paraná.

A exemplo também, e pedi um aparte ao Deputado Geraldo Cartário, disse-lhe no almoço tudo aquilo que ele, hoje, veio dizer da tribuna, contra o Banco Itaú - Banestado. Nós dissemos, quando foi aqui tramitado na Assembléia, no mês de agosto, um projeto que concedeu esses benefícios ao Banco Itaú, que hoje ele está reclamando e naquela ocasião, mesmo nós dizendo que tudo isso viria a acontecer, ele votou a favor.

Então, é a mesma coisa o Deputado Traiano, agora, está defendendo a privatização das Telecomunicações, mas assinou a CPI contra as Telecomunicações, fez reuniões, fez discurso contra.

Quer dizer então, vamos também analisar um pouco o que a gente disse lá atrás, não só nós, que está se cobrando: “não, porque em 2003...” Até gostei muito que Vossa Excelência tenha feito esta afirmação, porque pelo que pude captar da sua mensagem, vossa Excelência está anunciando que em 2003 nós seremos Governo no Estado do Paraná.

O SR. DURVAL AMARAL

Se esta for a vontade do povo, por maioria absoluta, nós deveremos respeitá-la, nobre Deputado Orlando Pessuti.

O senhor que já foi Governo, é Oposição e tenho certeza que com competência, tanto como Oposição ou como situação, sempre defende as suas convicções.

O Sr. Orlando Pessuti

Mas, parabéns pela atitude de Vossa Excelência que provou ao “recuar” ou sobrestar este projeto, que Vossa Excelência tomou neste momento, no dia de hoje, uma atitude democrática.

O SR. DURVAL AMARAL

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA

Pela ordem, Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem, Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Eu queria indagar a Vossa Excelência, qual foi o horário que o Deputado Durval Amaral utilizou para fazer o discurso?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ele usou o Horário do Pequeno Expediente, o Horário da Liderança do PFL e da Liderança do Governo.

O SR. NEREU MOURA

Nós cronometramos, senhor presidente, deu vinte e cinco minutos. Então, gostaríamos, agora que o nosso líder fará uso da palavra, se ele puder utilizar o mesmo espaço, eu gostaria que Vossa Excelência autorizasse...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Menos cinco minutos do Pequeno Expediente. Certo? Nós vamos entrar no Horário das Lideranças, mas ainda não é a vez do PMDB.

Por gentileza, o nobre deputado aguarde a vez da Liderança do PMDB.

Horário das Lideranças.

PL.

(Declina)

PSB, Deputado Moysés Leônidas.

Informo ao Deputado Nereu Moura, também, que o Deputado Waldyr Pugliesi poderá só usar o Horário da Liderança da Oposição. O Horário do PMDB já foi usado por Vossa Excelência, anteriormente.

O SR. NEREU MOURA

Pela ordem, senhor presidente.

Mas veja, Vossa Excelência deu vinte e cinco minutos para o Deputado Durval Amaral, é natural que Vossa Excelência também, se o nosso Líder, não sei se ele vai querer usar todo esse espaço, seja condescendente com ele, não talvez com vinte e cinco minutos, mas com um tempo que ele possa desenvolver o seu raciocínio.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, pela ordem.

Eu gostaria de consultar a Mesa, se a minha inscrição no Pequeno Expediente havia sido feita, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não. Não foi feita.

Quando Vossa Excelência solicitou o Pequeno Expediente já estava totalmente preenchido.

Vossa Excelência só está inscrito no Horário da Liderança do PT.

O SR. IRINEU COLOMBO

É que ela será ocupada pelo Deputado Hermes Fonseca.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente e senhores deputados.

Primeiramente queria cumprimentar a presença aqui do nosso querido Nassib Jabur, grande londrinense, colaborador dos governos junto com o Edson Gladier. Seja bem-vindo, Nassib Jabur, aqui, que observa sempre as questões do Paraná.

Senhor presidente, eu, cada dia que passa, fico mais feliz com a atuação da Assembléia Legislativa do Paraná e confesso, Deputado Nereu Moura que quando cheguei aqui uma das primeiras observações que tive por parte do presidente de saudosa memória, Anibal Khury, ele me chamou e disse: “Olha, já sei que você fala muito bem, que tem experiência de tribuna como advogado, de juri de televisão, mas não use a tribuna aqui, que isso não leva a nada”, e eu tomei um choque, porque aqui é a questão do debate realmente.

Então, vejo quando alguns companheiros que se posicionam como Oposição o fazem, com competência, vejo companheiros de Situação que o fazem com competência e isso é que dá o mote da felicidade de você gostar do Parlamento. Então, quero aqui cumprimentar o Deputado Durval Amaral, com quem falei, pessoalmente desta questão da alteração do Regimento Interno, e dar até um depoimento aqui, que serve.

Em 88, quando da promulgação da Constituição, nós tivemos que elaborar as leis, as Leis Orgânicas dos Municípios e também a alteração dos Regimentos Internos das Câmaras de Vereadores, e eu presidi essa questão em Londrina, exatamente a questão do Regimento Interno e lá consta exatamente este item, que as matérias não devem ser colocadas no mesmo ano, até por uma questão de ordem, de manter a ordem da Casa, se não falar de questão de ordem política ou questões políticas e tal, e eu fico, senhor presidente, estarecido, já que nós estamos vivendo um novo momento, Vossa Excelência está assumindo agora, e com galhardia, por todos os seus pares, de que a Assembléia Legislativa do Paraná não tem um regimento adequado para a situação atual do Brasil. Porque eu, também, quando queria ter experiência aqui da Assembléia Legislativa, entrei no site, para ter informações da Assembléia Legislativa, antes de ser Deputado e não tinha sequer uma informação; é a única do Brasil que não tem, ou pelo menos não tinha, depois fiquei sabendo que certa feita do Presidente da República, o atual FHC, pediu, através da sua Secretaria competente, o perfil da Assembléia Legislativa do Paraná e não tem no site, e nós estamos no terceiro milênio, o homem já foi à Lua em 69. Então, eu acho que nós estamos desempenhando esse papel e vejo com necessidade, acho até que está sendo feito, que sejam feitas algumas revisões até para que possamos exercer na maior plenitude a nossa questão de parlamentar, não é possível que um Presidente

da Assembléia aconselhe um dos seus pares - “deixe de falar que isso aqui não dá nada a ninguém.”

Ora, então não tem motivo para falar, porque a única coisa que a gente tem mesmo é trazer aqui a voz daquele que não tem vez e não tem voz.

O assunto que me traz aqui é outro, eu queria só ceder um aparte a quem me pediu, para que eu possa discurrir sobre ele.

O Sr. Cesar Seleme

Deputado Moysés Leônidas, na verdade o que está havendo é uma distorção sobre esse assunto. Se Vossa Excelência observar os três projetos que foram retirados pelos autores, que foi pedido arquivamento, eles não tinham tramitado na Casa, eles não tinham passado pelas Comissões. O nosso Regimento é claro, não permite que se vote na mesma legislatura, nosso Regimento já conta isso, não permite que seja representado o projeto na mesma legislatura, desde que esse projeto já tenha sido motivo de discussão e votação; os nossos projetos não tinham recebido pareceres em nenhuma Comissão ainda, nós seguimos exatamente o Regimento, dentro do Regimento nós pedimos o arquivamento e pelo Regimento nós podemos reapresentar em qualquer momento. E a própria Constituição Estadual e Federal prevê projetos de iniciativa popular, exatamente para atender essas lacunas. Agora, o que estávamos nesse projeto de resolução é não permitindo que o povo reapresentasse o projeto e que nós, através do Regimento em vigor, reapresentássemos. Então na verdade o projeto não foi votado, não é como estão dizendo. O projeto não foi votado nessa legislatura e nem foi dado parecer para as Comissões.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, fiquei aqui computando com os apartes feitos, e foi engolido um tempo que não foi descontado. Queria que Vossa Excelência...

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Os apartes são incluídos no tempo.

Nós concedemos um minuto para Vossa Excelência.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Não, na hora das questões de ordem, fiquei contando aqui, meu tempo foi comido. Por isso foi que perguntei se já poderia começar a falar.

Mas quero só dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Só digo a Vossa Excelência, que não recebi nenhuma questão de ordem no seu pronunciamento!

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Só dois minutos e já vou concluir, senhor presidente.

Costumo, senhores deputados, quando vejo alguma notícia que me chama a atenção, quando chama a mim, acho que chama a maioria absoluta da população.

A primeira notícia que vi hoje, foi com relação ao Sindicato dos Bancários, que levou até a Justiça e até a CPI aqui, a questão dos grampos feitos em cima dos sindicalistas e dos seus familiares pelo HSBC, pelo antigo Bamerindus. É uma notícia que está sendo explorada no Brasil como será tratada na Justiça, o grampo, já disse, já me posicionei aqui, depois da tortura do regime militar, o grampo é o que tem de mais nefasto na vida, não só do homem público, mas também de qualquer cidadão.

Agora, queria aqui até fazer uma questão de justiça, porque quando se falou do HSBC, me lembrei do Bamerindus, que era um banco nosso, do Paraná e vejo a tristeza que hoje todos nós assistimos a essa situação. Porque na época em que o HSBC, quem sabe até grameado pelo próprio Governo Federal, tomou na base da “mão grande”, uma liberação do Governo Federal o nosso antigo Bamerindus, um Banco do Paraná, não vi uma voz sequer de gente influente de políticos do Paraná, fazendo a defesa do Bamerindus.

É por isso, quem sabe hoje, que o ex-Senador José Eduardo, vindo lá em Londrina, proprietário da Folha do Paraná e de Londrina, tem uma mágoa e um ressentimento profundo, porque na hora de se fazer a defesa, por exemplo, do Banco Econômico, o quase então ex-Senador Antonio Carlos Magalhães, fez a defesa do Econômico e impôs ao Governo que aceitou e o Banco foi saneado.

E nós aqui vimos desaparecer o Bamerindus. Quem sabe, Deputado Tony Garcia, através de um grampo efetuado pelo HSBC, que tomou na “mão grande”, um banco genuinamente do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PSC, PST, PPS.

PDT. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Na pauta da Ordem do Dia, já constava ontem, que não houve sessão por falta de quórum. O item número 09, onde se apresenta uma mensagem do Poder Executivo que nada mais é do que desestimular, esguarnecer e acima de tudo desmontar a família do servidor público do Estado do Paraná.

Ontem à tarde e hoje também encontram-se aqui parte da família do servidor público do Estado. São homens e mulheres ligados ao setor de educação. Mas, esse projeto abrange a todos os Senhores servidores. E nós, em uma reunião partidária com o Deputado Eli Gellere do PDT, já antecipamos, Senhor Presidente, vamos votar contra, não só pelo pedido dos professores, mas por entender que num âmbito geral, o servidor público do

Paraná será penalizado, maltratado e acima de tudo ignorado pelo Governo do Estado que aí se encontra.

Não só nessa matéria, uma matéria atinente e paralela a essa, que faz com que o Governo do Estado realmente se volte contra aqueles que mais lhe ajudam, e aqueles que mais emprestam o seu trabalho, a sua dignidade e principalmente a sua saúde.

O Governo do Estado do Paraná, extinguindo o IPE, criando o Paraná Previdência, deixou na rua e na miséria todos os servidores públicos do Estado, que procuram amparo a um ente familiar, à sua própria saúde quando está debilitada, e necessita de um amparo do Governo do Estado.

São policiais militares, policiais civis, servidores de um modo geral, que não tem mais o que possuíam, que é o amparo na saúde, tão necessária.

E ao inverso de tudo isso, o Governo do Estado que aparece com uma varinha mágica, exige da polícia civil um traje igual ao dos Senhores Deputados que aqui se encontram.

Nós temos um estatuto, um regimento interno que exige a presença no Plenário com um blazer, com uma gravata ou com um terno.

O Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança exige a partir deste final de mês, que os policiais estejam decentemente apresentáveis, com calça social, com camisa, com gravata, e principalmente com paletó, no caso Delegado de Polícia.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Pergunto: quem vai financiar a nova roupa Deputado Nereu Moura, dos investigadores, dos escrivães, que não ganham nem para comer; quanto mais para comprar terno ou se apresentar como a norma que a Secretaria da Segurança exige. Em um sentido até aleatório o nosso líder, Waldyr Pugliesi diz que se vender a Copel ele financia a roupa.

Acredito que também seria mais um daqueles encaixes do Senhor Governador Jaime Lerner.

Mas, voltando ao assunto, Senhor Presidente, Senhores Deputados. É uma brincadeira com o funcionário público, e exigir que esteja decentemente trajado. A polícia militar, com aumento, que foi na presença de diversos Parlamentares inclusive a nossa, do deputado Algaci Tulio e do deputado Ricardo Chab, no Palácio Iguaçu, quando disse no ano passado, que no início deste ano seria dado aumento à Polícia Militar do Paraná.

Não cumpriu. A polícia esteve representada pelas esposas, por famílias de policiais reclamando um direito e cobrando uma palavra que não possui sua Excelência o Governador Jaime Lerner.

Encerro Senhor Presidente, Senhores Deputados, pedindo a esse Plenário a sensibilidade que possui o ilustre Deputado Durval Amaral, que em todas as oportunidades tem procurado uma saída, uma solução, um amparo, ou um caminho para essa Mensagem 411/2000.

Não podemos provar, Senhores Deputados.

Queremos tão somente somar com o que é melhor para o servidor do Estado, às suas famílias e às nossas também.

Por isso, pela família do servidor, peço aos Senhores Deputados da base governista: vamos votar contra a 411.

Obrigado Senhores.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário da Liderança, PTB.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de entrar no assunto que me traz à tribuna, muito embora não seja um homem letrado, mas leio bastante, questionei o 014/2001 e mostrei as inconstitucionalidades que ele apresentava; da mesma forma o 01501 - parágrafo 3º: "As proporções de iniciativa de outros poderes ou de cidadão, aplicar-se-ão às mesmas regras".

Não há mais o que tentar justificar. Como diria o meu amigo, Deputado Orlando Pessuti: "nós trucamos, não apresentamos o gato". Quem sabe o gato esteja na manga do Deputado Durval Amaral. Pode até ser um projeto legal, mas no momento é ilegal e imoral. No momento que se apresenta, quando tenta brechar a volta dos projetos apresentados, em relação à Copel, ele é imoral. Fez muito bem o Deputado Durval Amaral, em deixá-lo para uma outra oportunidade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, venho à tribuna porque jornais estampam: "Ação da Telepar pode derrubar CPI da Telefonía".

Quero acreditar que seja algo orquestrado e que tenha também o dedo do Poder Executivo, na tentativa de desmoralizar e de tentar impedir a continuação das investigações desta CPI, que recebeu, hoje pela manhã, do Sindicato dos Bancários, fitas que aqui estão, que ainda serão vistas pelos membros da CPI; que recebeu farta documentação, mostrando que o HSBC-Bamerindus utilizou serviço de espionagem, que não se limitou apenas a investigar o Sindicato dos Bancários, mas a investigar os seus dirigentes e não contente, ainda investigou os seus familiares.

Não posso, neste momento, revelar todo o conteúdo porque não tenho tempo para isso, Deputado Tony Garcia, presidente da nossa CPI. Mas será interessante citar um outro trecho - que o tempo vai me permitir - quando fala que: "Os referidos relatórios revelam não apenas a inovação metodológica, como já disse de inspiração castrense, talvez, por orientação do coronel americano. Mas, também fazem emergir a grave constatação, de que o HSBC, réu confesso, procedeu durante mais de um ano, investigação contra o Sindicato dos Bancários, seus dirigentes e seus familiares. Ao desiderato, violador de tantas normas jurídicas, até tratados internacionais, comprovadamente o HSBC empregou funcionários de órgãos públicos, valendo-se de meios ilícitos inconstitucionais e imorais, mandando-os sob o tãção do impera-

dor, que escraviza com métodos nazi-pazistas, dentre outros, sem ordem judicial".

Senhor Presidente, tenho em mãos, recibos que constataam pagamentos efetuados para servidores públicos, onde, lamentavelmente, há uma lista, com aproximadamente dez nomes, envolvendo policiais civis, delegados de polícia e, possivelmente, elementos ligados à Polícia Militar, como ligado estava o sargento Jorge Luiz Martins, que a princípio contratado, por ter sido designado, pelo Comando da Polícia Militar, para fazer uma investigação de uma descoberta de clonagem de documentos de cartões de crédito, acabou descobriu uma quadrilha, que aplicava o golpe no HSBC. Pelo bom serviço que apresentou e isso valeu a esse policial, injustamente, a sua condenação e a sua exoneração da Polícia Militar.

Isto é muito grave, Senhor Presidente. Isto é muito grave. É grave quando se contrata funcionário público, através de recibos de pagamento autônomo, onde classifica um Delegado de Polícia, e me reservo não declinar o seu nome, na função de carreteiro. Entendo que o serviço que prestou esse Delegado de Polícia foi ser carreteiro para o HSBC Bamerindus, recebendo 1.500, 3.500, 4.000 reais de pagamento.

As denúncias são gravíssimas; chegando hoje ao conhecimento da nossa CPI da Telefonía, que ganhou Senhor Presidente, Senhores Deputados espaço, pela manhã, no Bom-Dia; ganhou espaço na hora do almoço no Jornal do Meio Dia da Globo, num total de quase 4 minutos e, certamente, terá um espaço grande nos jornais locais, hoje, nos telejornais e vai se repetir no Jornal Nacional das 20h30min.

Esse é um trabalho sério, e aqui está o dossiê que o sindicato dos bancários nos apresentou, flagrantemente comprovados grampos, através de uma ação que foi movida pelo sindicato dos bancários junto à Justiça do Paraná, procurando, evidentemente, a responsabilização por parte do HSBC, ao fazer as escutas clandestinas, ao fazer as investigações.

São dados sérios que a CPI da Telefonía recebe. Como sérios são os grampos do Palácio Iguaçu que o Delegado do 3º Distrito, Senhores Deputados, já indiciou funcionários do Palácio, Policiais Militares e o próprio Coronel Vieira. São dados graves que levam ao Ministério Público a exigência que se tome todas as providências necessárias para esclarecer o fato do grampo.

Muito embora a Telepar, e é por isso que ela quer descaracterizar a CPI da Telefonía, desmoralizar a CPI da telefonía, quando esta CPI descobriu, numa declaração espontânea da ex-secretária Maria Elisa Ferraz Paciornick, que havia um superfaturamento em contratos, na área de softers. Isso tudo veio à tona, na CPI. E isso, evidentemente, não era interessante que viesse à tona, que se soubesse, ou pelo menos deixasse a coisa morrer, como tentou fazer a Telepar, no momento que admite ou não admite, mas sabe que o grampo foi praticado dentro da central da Telepar e chega aqui, na Rua Colombo, num

escritório de um advogado, que não tinha nada a ver com isso, pelo menos a princípio, não podemos ainda fazer um juízo final.

Um grampo em que se fazia as escutas do telefone da secretária quando ela tratava de renovação de contratos de empresas que prestam serviço ao governo do Estado, dentre eles a questão da licitação dos softwares. São fatos sérios, Senhores Deputados.

Esta CPI não está aqui para ser um palanque eleitoral, para viver sob os holofotes da televisão, mas, está aqui, acima de tudo, para prestar um trabalho à sociedade paranaense, para demonstrar a esta Casa, aos Senhores Parlamentares, que não estamos em busca do espaço da mídia mas estamos, acima de tudo, em busca da verdade e ir atrás, ir a fundo em tudo que está chegando a essa CPI.

E esta CPI não para por aqui, muito embora haja esse desejo de desmoralizá-la, haja a orquestração até de desmoralização de alguns de seus integrantes, através de alguns meios de comunicação.

Nós estamos imbuídos da busca da verdade, por enquanto não antecipamos nenhum resultado, nenhuma condenação, nenhuma absolvição, aliás, como já fez, antecipadamente, a Comissão de alto nível do Estado.

Concluo, Senhor Presidente. Concluo mas antes Vossa Excelência me permita dar o aparte, até por ser Presidente da CPI, Deputado Tony Garcia.

Gostaria de poder lhe oferecer condições e que pudesse fazer um aparte, por favor.

O SR. TONY GARCIA

Senhor presidente, acredito que neste momento, Deputado Algaci Tulio, quanto mais se vê mobilizado o governo com notas na imprensa tentando desmoralizar membros da CPI, temos a certeza que estamos no caminho correto. Vamos receber todas as denúncias, encaminhá-las, vamos brigar, se tivermos que brigar na justiça para que a CPI continue porque hoje ela já é, não só de domínio público no Estado do Paraná, como no território nacional, e não tem nada, não vai ter, não existe ação, não existe coisa nenhuma, mesmo com a conivência do governo, que vá nos impedir de caminharmos para desvendar este mistério que se passa hoje no Paraná, onde possivelmente se tem uma rede de espionagem no Estado e muitos envolvidos, como nós sabemos, da Casa Militar, gente do Palácio Iguaçu, temos certeza que teremos que passar por uma tempestade mas, assim que passarmos, Deputado Algaci, com certeza chegaremos aos culpados dos grampos do Paraná.

O SR. ALGACI TULIO

Obrigado, Deputado Tony Garcia, obrigado, presidente pela paciência, mas era o registro que queria fazer em função da Sessão que tivemos hoje pela manhã da CPI Estadual da Telefonia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Horário das Lideranças, Deputado Irineu Colombo do PT, cedeu para o Deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, senhores deputados.

Muito embora o Líder do Governo tenha feito uma defesa veemente do Projeto de Resolução nº 1501, nós consideramos uma verdadeira heresia jurídica.

E por falar em heresia jurídica, por falar em heresia e contra-senso, o maior contra-senso que nós temos hoje tramitando na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, é o Projeto de Lei nº 411/2000, que mexe com a vida de todos os servidores públicos deste Estado.

Se não bastasse todo o arrocho salarial que vivem há mais de 7 anos, se não bastasse todo tipo de pressão, de intimidação por que passa o servidor público neste Estado, vem agora o governo com um projeto flagrantemente inconstitucional e ilegal tentar mudar, por decreto, o regime jurídico dos servidores deste Estado.

Quero falar hoje em nome dos meus companheiros do Partido dos Trabalhadores, da Deputada Luciana, Deputado Vanhoni, e em meu nome pessoal, para dizer que nós temos recebido fax do interior do Estado, dos professores, dos núcleos da APP, de servidores de outras categorias profissionais, nos cobrando para que nos posicionemos contrariamente ao Projeto de Lei nº 411/2000.

É claro e evidente que isto deve ter sido feito e está sendo feito para todos os Deputados desta Casa, porque para nós isso é dispensável.

Acredito que a grande maioria dos servidores deste Estado conhece a nossa posição com relação às questões dos trabalhadores, mas é preciso que nós nos posicionemos e coloquemos para todos os Deputados desta Casa, que vão deliberar sobre este projeto, que, de um exame preliminar do texto enviado pelo executivo, acerca da alteração do Regime de Trabalho dos servidores públicos do âmbito do Estado do Paraná, deve assim se dizer:

1º) O artigo 1º do projeto, além da confusão do texto é de uma redação totalmente equivocada.

Parece que o legislador se esmerou em criar artifícios de confusão mental, para confundir o argumento legal. É uma redação confusa, que propiciou até o Secretário que esteve nesta Casa numa reunião com os deputados a dizer não era isso que queria dizer o Projeto de Lei.

Portanto, esse artigo vai merecer da nossa parte uma emenda, a partir de amanhã, quando estaremos discutindo projetos de segunda discussão.

Hoje se discute a constitucionalidade deste projeto. Quero antecipar, inclusive, a todos os Pares desta Casa, que votem contra a constitucionalidade porque o projeto é flagrantemente inconstitucional e ilegal, acima de tudo.

O Parágrafo Único do Artigo 1º, diz que se delega ao Poder Executivo para que conceda por meio de Decreto, a extinção de cargos e a criação de empregos...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo mais três minutos a Vossa Excelência.

O SR. HERMES FONSECA

Em qualquer escola, o aluno já sabe, não precisa ser deputado e nem vereador, o aluno já sabe que o Regime Jurídico do servidor no âmbito Municipal, Estadual e Federal, só pode ser alterado por lei.

Como é que o governo manda uma mensagem para cá, pedindo para que o Poder Legislativo delegue ao Executivo o poder de mudar um servidor do Regime Estatutário para um regime CLT, através de um decreto?

Isso é um absurdo, um contra-senso, uma grande tolice, é um abuso além de tudo que o governo faz conosco, deputado!

Temos que ter a preocupação, meus caros companheiros, de preservar as nossas prerrogativas de exercer a nossa missão fiscalizadora e a nossa missão de legislante, no sentido de garantir um Poder Legislativo, neste Estado, independente, autêntico e sério, acima de tudo.

Por isso, desta nossa análise preliminar, pedimos que este Plenário, nessa primeira discussão vote pela inconstitucionalidade desse projeto, para que possamos rejeitar definitivamente uma norma que vem ferir a democracia e o Poder Legislativo na sua independência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Liderança da Oposição, Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Lembro-me que quando começou nesta Casa a discussão a respeito do problema oriundo da venda ou não da Copel, falei o seguinte: “A Oposição só tem um caminho, é sair dos estritos limites da Assembléia Legislativa e ir à rua, onde poderemos alcançar a força necessária para impedirmos a venda da Copel”.

Falei hoje. Estou plenamente contente com aquilo que afirmei, dizendo que a Assembléia, por si só, rejeitaria as pretensões populares que caminham na direção da não venda da Copel.

O que se viu aqui hoje, nada mais foi do que a submissão, pelo menos momentânea dos detentores dos mandatos populares, àquilo que eles estão colhendo lá na rua. Majoritariamente este Estado tomou uma decisão: não quer que seja feita a venda da Copel. Aqui uma maioria que, volto a repetir, é uma maioria aqui mas é minoria na rua, está insistindo que se deva cometer esse crime contra o amanhã do Paraná.

A argumentação usada pela Liderança do Governo e quero dizer que lembro sim, de batalhas que travamos juntos em favor da redemocratização do País, a luta pelas “Diretas Já”, a luta pela conquista de elegermos os prefeitos das capitais, mas, perdoe-me Deputado Durval Amaral, Vossa Excelência foi traçando um caminho com o

próprio caminhar, mas agora, com apresentação desse monstrengo que o povo estava batizando de “Projeto Durval Amaral”, houve uma escorregadia da parte de Vossa Excelência. Quero compreender que Vossa Excelência, ainda com os ouvidos prontos para ouvir, lá de longe ou de perto, de onde vem esse clamor popular, está fazendo uma retirada que, no meu entendimento, infelizmente, é estratégica, é de momento, porque o governo não abdicou dessa vontade de fazer uma coisa parecida com a “farra do boi”, que seria a “farra da Copel”. Desmanchar um patrimônio construído pelo Paraná para atender o quê? Atender aquilo que nós estamos percebendo ao longo de todos esses anos: tapar os buracos feitos pelo próprio governo.

Senhor Líder do Governo, perdoe-me mas é para a Oposição inaceitável que venham dizer que esse projeto tem algum traço de constitucionalidade. Um projeto de resolução forjado a não sei quantas mãos, e até a elaboração dele mostra que foi remendado aqui e ali, agride a Constituição do Estado, agride a Constituição Federal e mesmo o argumento de que estão subsidiariamente se valendo do Regimento da Câmara dos Deputados, me perdoem, acho que os maus exemplos não devem ser seguidos.

Vejo uma agressão aos direitos que nascem nas ruas. Como? Participei da Constituinte de 1988. Ficou muito claramente explicitado nela, através de uma frase de Ulysses Guimarães, todo o conteúdo popular, “A Constituição Cidadã”, no sentido de se respeitar tudo aquilo que possa emanar da vontade do povo.

Pois bem, o povo se mobiliza. Aliás, acho, numa autocrítica, muito mal mobilizado, mas foi mobilizado. O povo se reuniu em todos os cantos do Paraná e pretende comparecer a esta Casa para fazer valer, constitucionalmente, o seu direito.

Nós, povo, somos os autores desse Projeto. E vimos por parte do Governo, uma ânsia desmedida de impedir, que através dos outros projetos, que taticamente foram retirados por nós agora, porque nós também não temos compromisso nem com o caos nem com a derrota. Parece que nós, lutadores pela liberdade e pela democracia, somos vencedores. Então por que deixar projetos, nesta Casa, para serem derrotados? E o Governo fala: “Fim de conversa, o assunto está sepultado. “Não. Os projetos ao invés daquilo que afirma o governo e os deputados que lhe dão sustentação aqui, poderiam sim, serem retirados e voltarem a qualquer hora a esta Casa. Eles não foram objeto de pareceres, não foram objeto de aprovação ou de rejeição. O autor, unilateralmente, ou os autores de forma unilateral os retiram. Como Vossa Excelência está sinalizando, neste momento, com um projeto mostrengo que tem o número 15/2001. E fiz um apelo, num dos pronunciamentos, dizendo o seguinte: “retirem esse projeto, não agredam a consciência jurídica”. Fiz um apelo ao Governador do Estado para que ele, juntamente com os deputados que lhe são fiéis, fizessem a retirada em conjunto desse projeto, para que, aí

sim, vindo aqui o povo, olhando de frente na cara de todos, fizessem da maneira que a consciência ou as suas convicções ideológicas apontassem. Porque quando se falou em eleitoralismo, queremos repudiar isso, como fez de maneira brilhante, precisa, concisa, o Deputado Cezar Silvestri. Nada de eleitoreio na nossa atuação.

Eu, por exemplo: tenho uma caminhada quando estava no ginásio há quantos anos, ia pichar o nome da Petrobrás nos muros, nos grêmios estudantis, dentro da UNE, nos organismos estudantis. A minha convicção foi robustecida ao longo de todos esses anos. Não acredito, como fazem os “aiatolás” do neoliberalismo, que tudo que é bom está na mão da iniciativa particular, tudo que é ruim vem do governo. Não sé assim. Milhares e milhares de sonegadores estão aí, mostrando a cara em todos os lugares, como se fossem honestos. Esse é o grande mal deste País. Este País não tem vergonha na cara!

Senhor presidente, a gente vê muitas vezes o Presidente da República, falando o quê? “Olha, nós não temos recursos para fazer investimento.” E esse governo, descarado, pagou só de juros para os exploradores internacionais, 86 bilhões.

Eleitoralismo, senhores deputados, é essa afirmação do Governador Lerner: “O Oeste pode ganhar 20 hidrelétricas.” Ele quer assassinar a Copel e vem com a mentira que será multiplicada por todos por aí afora. “Olha, vamos fazer 20 hidrelétricas”. Vão fazer coisa nenhuma. Por que não pegam o dinheiro da Copel agora, vão lá no Oeste façam os projetos e implantem as hidrelétricas? Não, manchete de jornal, isso sim Senhor Líder Durval Amaral é eleitoralismo puro, isso não tem compromisso com a verdade. Da mesma maneira que o projeto de Vossa Excelência, eu sei, conheço bem, acho até que sofreu muito para colocar sua assinatura num projeto desse aí. Porque olha só: essa resolução no seu artigo 3º, que no meu entendimento está mau colocado, porque não tem o artigo 2º, essa resolução entrará em vigor na data da sua publicação alcançado, inclusive, as proposições em tramitação.

Ora, como que você vai fazer uma lei para atingir aquilo que ficou lá atrás, isso não tem fundamento. Acredito que a Justiça terá dificuldade até de atender os pleitos que a Oposição está fazendo, porque na realidade, não temos um fato concreto. E a Justiça sabe mais do que nós, não tem, é um projeto de resolução, que pela atuação do Líder do Governo neste momento está de quarentena. Está com o quê? Está com a Dengue hemorrágica? O haedis egips atingiu esse projeto? Não sei.

Então, Senhor Presidente, quero reiterar as nossas convicções antiprivatistas. Nós não queremos que a Copel vá para as mãos de particulares que farão uma grande comemoração. Agora, mesmo com a falta de energia, já se falou isso mil vezes, o que é que vai acontecer? Os preços serão alterados. E quem é que vai ganhar com a privatização da Copel? Tem um que anda por aí com uma mala preta, de vez em quando, rodeando a Assembléia. Dizem que ele será, talvez, um dos futuros

donos da Copel. E ele vai ter preocupação com o quê? Interesse particular ou público? Fica bem chato, tudo isso, Senhor Líder. E eu quero cumprimentá-lo por essa atitude. Olha, não é fácil se colocar contra a posição majoritária de todo o Estado. Gostaria que, na realidade esse projeto fosse retirado, arquivado, que se desse um tempo, ainda mais pela conjuntura que nós estamos vivendo. Os Estados Unidos já recuaram lá na Califórnia, o Canadá, já não vende as suas empresas de energia elétrica. Os que venderam aqui no País, estão arrependidos. Por que o Senhor Jaime Lerner, por exemplo, se quisesse fazer isso, tempestivamente, não teria apanhado lá atrás os lucros da Copel e feito essas 20 hidrelétricas, que seriam a salvação das cidades, das regiões? Não! Mas a constatação que fica aqui, não há senhores professores, solução sem a organização e a mobilização de vocês. Fiquem dormindo na rua ou em casa, para vocês verem se algum dia, alguns dos pleitos dos mais dos merecidos que vocês façam, possam ser atendidos. Não há saída, tem que haver mobilização popular. Foi esse o chicote que chegou aqui na Casa, a organização e a mobilização. Vi deputados aqui até alterados em relação à colocação de placas e de nomes, uma coisa e outra. Agora, não é preciso ter havido a votação para sabermos como serão os votos dos deputados. Quem é que tem dúvida, a respeito do meu voto, por exemplo, em relação a esse problema? Ninguém tem dúvidas, todos sabem que eu vou votar contra a privatização da Copel. Outros deputados, e eu não sou sensor de ninguém, talvez pelas próprias declarações dúbias, é que deixam a dúvida pairar no seio da população; outros não, estão bem definidos. “Hay gobierno, soy a favor”. Contrariando o provérbio espanhol: “Hay gobierno soy contra”. Mas, tudo bem, é uma questão de cada um. Cada um tem o direito de escolher o seu caminho. Agora, o duro é a mentira. A mentira “à ruidiana” não tem lista. Tem lista. Agora, tem lista de novo. Daqui a pouco não tem mais. Isso é que leva o povo a ficar “*in faratun*” com as posições dúbias, claudicantes, permissivas, que possam ser cometidas.

Tenho um respeito muito grande por todos vocês, pelas deputadas e pelos deputados, mas olhem, vamos fazer uma avaliação daquilo que é vontade do povo e qual é a obrigação do deputado. O deputado recebe uma delegação, uma autorização popular para votar em nome dele, conforme a sua vontade. É essa a delegação. Alguns não, votam e depois... eu sou detentor do mandato. Não. Eu tenho vários mandatos e sempre os distribuí entre aqueles que pensam como eu. Logicamente que voltaremos ao assunto, mas eu queria, já na tribuna, senhor presidente, para que não fosse tomado mais tempo, gostaria em nome das Oposições, já de maneira antecipada, de declarar o nosso voto contrário à aprovação do projeto que, no meu entendimento, fere os direitos mais elementares dos professores. Um projeto que se aprovado vai dar um tiro na escola pública. Nós somos contra a aprovação desse projeto, conforme nos foi determinado por aqueles que entendem de educação. Acho que cumprir mandato popu-

lar é nesse sentido, curvar à vontade daqueles que, vivendo a problemática, têm solução para que ela possa ser resolvida.

Então, a nossa posição é muito clara, como já bem explicitou aqui o Deputado Hermes Fonseca, em nome do PT e todos do PT, do PPS, do PSDB, o Deputado José Maria e todos os outros, Zuquinho, Silvestri, Isfer, Toni Garcia, e me perdoem aqueles que não foram lembrados, porque quando se faz citação a gente sempre acaba esquecendo.

E eu, senhor presidente, gostaria até que Vossa Excelência fizesse soar as campanhas chamando a atenção dos senhores deputados que estão pela Casa para que compareçam rapidamente ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar ao Plenário que a benevolência da Presidência, hoje, em relação aos horários, não será constante; com exceção hoje.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, solicitando que se agende sessão específica para viabilizar a Audiência Pública que o Poder Executivo é compelido a realizar, para demonstração das metas fiscais que foram estabelecidas para o primeiro quadrimestre do ano fiscal de 2001 e que o representante deste Poder será o Miguel Salomão, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.** Marcada para dia 30/05/2001, no Pequeno Expediente e no Grande Expediente.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Baratter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Devolve-se à autora para encaminhar na forma regimental da lei estadual.**

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/2000, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública a Casa da Criança de Cornélio Procópio, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio. Com sede e foro no Município de Cornélio Procópio. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 03/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/2001, que autoriza que a Codapar atue em outras unidades da federação. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, CF, E CAIC. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 03/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo tem por objetivo autorizar a Codapar a atuar em outras Unidades da Federação.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da emenda apresentada em plenário, pelo Senhor Deputado Angelo Vanhoni, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável à emenda de Plenário.

Sala das Comissões, em 22.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoio:

Edson Strapasson, Algaci Tulio, José Maria Ferreira, Orlando Pessuti, Durval Amaral, Duílio Genari.

Vamos colocar em votação, primeiramente, o Projeto, depois a emenda.

Os senhores deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, eu solicito a Vossa Excelência a leitura da Emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao senhor 1º Secretário que proceda à leitura da Emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Lê Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 03/2001**).

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a Emenda.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. DURVAL AMARAL

Em verificação de votação, senhor presidente, cabe o encaminhamento?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Nós estamos num processo de votação.

O SR. DURVAL AMARAL

De verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já estamos no processo de verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Então, não cabe encaminhamento agora?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Então eu declino.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os senhores deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. Vinte senhores deputados aprovam a Emenda.

Os senhores deputados que recusam a emenda, queiram levantar-se. Vinte e dois deputados rejeitam a emenda.

Está **Aprovado o Projeto, artigo por artigo**, na forma Regimental, automaticamente **Rejeitada a Emenda**.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/2001, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Portadores de Hepatite C, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 076/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 09/2001, que altera a redação do Art. 1º, da Lei nº 9.998, de 25 de junho de 1992, que estabelece percentual de adição de álcool etílico anidro, combustível à gasolina comercializada no Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 148/2001, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a Abefi - Associação Beneficente Evangélica de Foz do Iguaçu, PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 151/2001, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Evangélica Betel de Matelândia, com sede e foro em Matelândia. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/2000, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinatti, que cria o Programa Suplementar de Informatização de Escolas e Creches. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. E CFECE. (**Publ. no DA. nº 032/2000, de 10.04.2000**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 104/2000

P A R E C E R :

01) Do Projeto

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, visa criar o Programa Suplementar de Informatização de Escolas e Creches.

Em sua justificativa o autor pretende auxiliar escolas e creches do Estado a adiantar, com a colaboração da sociedade organizada, o acesso de estudantes dos mais variados níveis à utilização de computadores, sobretudo em se relevando que não vislumbra atualização sem computadores”.

02) Do Parecer

Só a ótica constitucional e legal, o projeto de lei se reveste das necessárias formalidades.

03) Do Voto

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.06.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - presidente

BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 104/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, objetivando criar o Programa Suplementar de Informatização de Escolas e Creches.

Conforme podemos observar, já constatamos a existência de pronunciamento Favorável, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão, de acordo com o Art. 33, § 3º do Regimento Interno entende que não existe nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das comissões, em 09.08.2000.

(aa) ADEMIR BIER - presidente

DUÍLIO GENARI - Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 104/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, cria o Programa Suplementar de Informatização de Escolas e Creches.

Chamada esta comissão a se manifestar, entende que o processo de informatização em escolas e creches, é de fundamental importância para alunos e professores, permitindo contato diário com a tecnologia.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 104/2000.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 367/2000, de autoria dos Deputados Neivo Beraldin e Hermas Brandão, que altera artigos da Lei Complementar nº 076, de dezembro de 1995 (Obras Públicas). (**Publ. no DA. nº 147/2000, de 30.10.2000.**)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 367/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei Complementar nº 367/2000, de autoria dos deputados Neivo Beraldin e Hermas Brandão, altera artigos da Lei Complementar nº 76, de dezembro de 1995, que dispõe sobre concessões e permissões de serviços públicos.

Segundo a alteração proposta no artigo 1º do citado projeto de lei, todas as concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos serão feitos na forma da Lei nº 76/95, com o referendo da Assembléia Legislativa.

Da mesma forma, os mecanismos de reajuste e revisão das tarifas dos contratos necessitarão do referendo da Assembléia Legislativa.

É competência privativa da União, na forma do artigo 22, inciso XXVII, da Constituição Federal, legislar sobre "normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios..."

As normas gerais sobre licitações estão contidas na Lei Federal nº 8666/93, com as alterações das Leis nºs 8883/94, 9648/98 e 9854/99.

Pode o Estado federado criar normas que não contrariem as normas gerais editadas na esfera federal.

Isto posto, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 367/2000.

Sala das Comissões, em 28.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei Complementar nº 367/2000.

Ainda, sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, solicitando que o Projeto de Lei Complementar nº 367/2000, seja encaminhado à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para análise e parecer. **Aprovado.**

O SR. EDSON STRAPASSON (Questão de Ordem)

Eu encaminhei o requerimento, até porque é uma matéria que afeta a Comissão de Obras e nós solicitávamos que esse projeto tramite pela Comissão de Obras.

Então, já que vai ser adiado por dez Sessões, quando ele retornar...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Nós determinamos que vá para a Comissão e que seja retornado nesse período.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/2000, que dispõe que o pessoal admitido para emprego público na administração direta e autárquica do Poder Executivo, terá sua relação de trabalho regida pela consolidação das Leis do Trabalho - CLT. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CF. COM EMENDAS DA CCJ e CF. (Publ. no DA 175/2000, de 04.12.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 411/2000
OBJETO DA MENSAGEM Nº 031/2000

P A R E C E R :

O projeto de Lei nº 411/2000, objeto da Mensagem 031/2000 do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, dispõe que o pessoal admitido para emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

A Administração Pública pode contratar sob o regime celetista. Essa afirmação já é pacífica na doutrina do Direito Administrativo. Persiste, contudo, o bom senso e a sempre bem-vinda contribuição da doutrina, para quem o regime celetista só fica bem em relação às chamadas funções subalternas.

Para Adilson Dallari:

“Apesar de sujeitas ao regime privado, celetista, não se pode considerar livre o desligamento de seus empregados. Em vista da sujeição aos princípios da legalidade, da publicidade e da impessoalidade, é necessário que haja razões suficientes e demonstráveis para efetua-los, já que seus administradores não geram negócios particulares, mas do interesse de toda a coletividade...”

Os servidores estatutários submetem-se a regime estatutário, “estabelecido em lei em cada uma das unidades da Federação e modificável unilateralmente, desde que respeitados os direitos já adquiridos pelo servidor. Quando nomeados, eles ingressam numa situação jurídica previamente definida, à qual se submetem com o ato da posse;

Os empregados públicos são contratados sob regime da legislação trabalhista, que é aplicável com as alterações decorrentes da Constituição Federal; não

podem Estados e Municípios derrogar outras normas da legislação trabalhista. Embora sujeitos à CLT, submetem-se a todas as normas constitucionais referentes a requisitos para a investidura, acumulação de cargos, vencimentos, entre outras.”

Contudo, o parágrafo único do artigo 1º do projeto de lei em exame deve ser suprimido, pois exige a própria Constituição que a criação de cargos, empregos ou funções públicas sejam feitas por lei e não por decreto do Poder Executivo. Mesmo a transformação de cargos em empregos deve ser efetuada por lei. A palavra transformação empregada no texto nada mais representa que a extinção de cargos e criação de empregos, atividades esta que depende da edição de lei.

Também sem sentido fica o final do *caput* do artigo 1º “naquilo que a lei não dispuser em contrário”, porque os empregos públicos são regidos por lei federal e não cabe ao Estado legislar sobre direito trabalhista.

A Lei Federal 9962/2000 é que disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional. Como se observa, a redação do projeto de lei em exame é semelhante.

Isto posto, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 411/2000 com a emenda aposta.

Sala das Comissões, em 11.11.2000.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 411/2000
MENSAGEM Nº 031/2000

Fica suprimido o parágrafo único do artigo 1º do Projeto de Lei nº 411/2000 e os artigos 1º e 2º passam a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - O pessoal admitido para emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, e legislação trabalhista correlata.

Art. 2º - Leis específicas disporão sobre a criação dos empregos de que trata esta lei no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, bem como sobre a transformação dos atuais cargos em empregos.

Sala das Comissões, em 11.11.2000.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 411/2000
OBJETO DA MENSAGEM Nº 031/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, originado da Mensagem nº 031/2000, do Excelentíssimo Senhor Governador do

Estado, dispõe que o pessoal admitido para emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo terá sua relação regida pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Com parecer do Deputado Antônio Carlos Belinati, a douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente à tramitação do projeto, com apresentação de Emenda.

Esta Comissão de Finanças, chamada a se manifestar, posiciona-se favoravelmente à tramitação deste projeto, e apresenta Emenda Aditiva, nos termos do artigo 50, § 4º do Regimento Interno, que vai em anexo.

Sala das Comissões, em 04.04.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA ADITIVA
PROJETO DE LEI Nº 411/2000
OBJETO DA MENSAGEM Nº 031/2000

Adiciona artigo ao referido projeto de lei, ficando os artigos 6º, 7º e 8º com a seguinte redação:

Art. 5º - O Poder Executivo prestará contas mensalmente ao Poder Legislativo sobre os valores recolhidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social- INSS.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04.04.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9962, de 22 de fevereiro de 2000

Disciplina o regime de emprego
público do pessoal da administração
federal direta, autárquica e fundacional
e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O pessoal admitido para emprego público na administração federal direta, autárquica e fundacional terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, e legislação trabalhista correlata, naquilo que a lei não dispuser em contrário.

§ 1º - Leis específica disporão sobre a criação dos empregos de que trata esta lei no âmbito da administra-

ção direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, bem como sobre a transformação dos atuais cargos em empregos.

§ 2º - É vedado:

I - submeter ao regime de que trata esta lei:

a) Vetado

b) cargos públicos de provimento em comissão;

II - alcançar, nas leis a que se refere o § 1º, servidores regidos pela Lei nº 8112, de 11 de dezembro de 1990. As datas das respectivas publicações.

§ 3º - Estende-se o disposto no § 2º à criação de empregos ou a transformação de cargos em empregos não abrangidos pelo § 1º.

§ 4º - (Vetado)

Art. 2º - A contratação de pessoal para emprego público deverá ser precedida de concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme a natureza e a complexidade do emprego.

Art. 3º - O contrato de trabalho por prazo indeterminado somente será rescindido por ato unilateral da administração pública nas seguintes hipóteses:

I - prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

II - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 169, da Constituição Federal;

IV - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em trinta dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas.

Parágrafo Único - Excluem-se da obrigatoriedade dos procedimentos previstos no *caput* as contratações de pessoal decorrentes da autonomia de gestão de que trata o § 8º do art. 37, da Constituição Federal.

Art. 4º - Aplica-se às leis a que se refere o § 1º do art. 1º desta lei o disposto no art. 246 da Constituição Federal.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de fevereiro de 2000.

179º da Independência e 112º da República

(a) FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

(Publicado no DO, de 23.02.2000).

Em votação:

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Para discutir**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Sabemos de antemão, pelo resultado da emenda do Deputado Vanhoni, que podemos perder nesta Casa por um por dois votos.

O Deputado Rossoni, quando contava e nós também acompanhávamos, vinte e um senhores deputados no Plenário e nós, com vinte senhores deputados votando pela Emenda.

Quero dizer que esse é um projeto de alcance, no qual a família dos servidores públicos do Estado do Paraná vai ser afetada.

Cada um dos senhores foi votado nas últimas eleições, por alguém ou parente de alguém que é servidor público neste Paraná e pela representação que Vossas Excelências possuem nesta Casa, nada mais justo do que analisar, sem governo, sem liderança, mas com a consciência, como disse o ilustre Deputado Durval Amaral: votem de acordo com as suas consciências.

Então, eu quero pedir aos nobres deputados da base governista, como pede o Deputado Durval Amaral, sempre quando ele libera a bancada: “votem com as suas consciências, contra esse projeto do Poder Executivo”.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, para bom entendedor, meia palavra basta.

O nosso líder, Deputado Waldyr Pugliesi já colocou com muita firmeza a posição da bancada de Oposição, mas eu gostaria de rejeitar mais uma vez da importância que esse projeto seja rejeitado, porque ele fere de morte, senhor presidente, os interesses dos trabalhadores na área pública do Estado do Paraná, sobretudo na área da educação. Ele acaba com a carreira do Magistério, extermina o projeto de vida das pessoas, pessoas que se preparam ao longo das suas vidas, que lutaram de forma incansável para chegar a ser um funcionário público na área de educação.

Com este projeto, senhor presidente, ele tem todo este processo jogado na lata de lixo. Na verdade, o Governo do Estado, ao propor aqui nesta Casa este projeto de lei, dispondo que todo o pessoal admitido para emprego público na administração direta e autárquica do Poder Executivo, será contratado apenas pela CLT.

Ele fere de morte os interesses dos professores da educação, em que pese uma emenda da Comissão de Constituição e Justiça, suprimindo o parágrafo único do artigo primeiro da lei.

Tente corrigir a sua prepotência, senhor presidente, e mesmo assim a lei não atende os superiores interesses do funcionalismo público do Estado do Paraná.

Desta forma, em nome do PMDB, queremos reiterar o nosso posicionamento contrário a esse projeto, porque aqui estamos em nome do povo, e não fazer outra coisa a não ser atender os interesses da população. E aprovar esse projeto de lei, é votar contra os interesses do povo do Paraná.

Por isso, senhor presidente, o nosso encaminhamento é pela rejeição deste projeto de lei.

O SR. DURVAL AMARAL

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, percebemos claramente uma manobra da Oposição, de esvaziamento do plenário, buscando evitar a votação em primeira discussão, desse projeto, onde estamos apenas apreciando a sua constitucionalidade. Efetivamente, não há nada que impeça a votação em primeira discussão e depois na sequência, amanhã, quando ele entrar em segunda poderão ser apresentadas tantas quantas emendas forem conveniente, não só aos deputados da base de Situação, quanto aos Deputados de Oposição.

Acredito que nós estaríamos ganhando tempo, estaríamos dando serenidade ao processo e poderíamos até, chegar a uma redação que pudesse ser conveniente, não só a Situação mas também a Oposição.

Entretanto, não havendo bom senso da Oposição de votar em primeira, o que deve respeitar, nós não vamos transgredir na apresentação de nenhuma outra emenda. Acredito até que seria conveniente votarmos em primeira e depois caminharemos para atender os interesses da sociedade paranaense, para uma redação que pudesse contemplar vários interesses. Se não houver boa vontade da base de Oposição, não haverá também boa vontade da Situação.

Entretanto, senhor presidente, a nossa preocupação é de que não é possível, quando o Plenário está reunido, nós termos reuniões de outras Comissões acontecendo simultaneamente. Nós precisamos, sabemos que muitos deputados estão na Comissão de Segurança Pública, para a discussão desse importante estatuto da Polícia Civil, mas não podemos aceitar, que sendo nosso Regimento Interno tão claro e cristalino, quando afirma categoricamente que não é possível termos a sessão plenária transcorrendo e as Comissões reunidas.

Quero apelar para Vossa Excelência para que, em outra oportunidade, proíba terminantemente os nossos parlamentares de participarem de outras sessões, enquanto a Sessão Plenária está transcorrendo.

Era isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Chamada nominal dos senhores parlamentares.

Solicito ao Deputado Valdir Rossoni, a chamada dos senhores deputados.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Tendo em vista que a Comissão de Segurança Pública está reunida, eu pediria a Vossa Excelência que determinasse a suspensão dos trabalhos da Comissão de Segurança Pública, para que os deputados que lá se encontram possam vir ao plenário para que seja cumprida a Ordem do Dia, e logo depois possamos ter a sequência da sessão de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou suspender por 5 minutos a sessão aqui e fazer a solicitação que suspenda a sessão da Comissão da Segurança Pública. Questão de ordem, Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, Vossa Excelência está abrindo um precedente. Amanhã nós faremos...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós estamos observando, segundo a informação da nossa assessoria, exclusivamente o Regimento, que não pode funcionar Sessões de Comissões junto com Sessões de Plenário.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Esse é um problema que não pode ser levantado todos os dias.

As comissões deveriam ter a sua auto-disciplina e não escavalam as suas reuniões com as Sessões de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência sabe que a Comissão de Segurança Pública, hoje está fazendo uma ampla discussão em relação ao Estatuto da Polícia Civil. Por isso que foi aberta essa excessão àquela Comissão.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Então a posição de Vossa Excelência é excepcional.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos proceder à chamada nominal, senhores deputados.

Acatando a solicitação de Vossa Excelência, essa Presidência desistiu de suspender a Sessão por cinco minutos.

Pela ordem, o deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Só queremos registrar a presença na Sessão de hoje, dos prefeitos do Oeste do Paraná, que nos orgulham com suas presenças, Itaipulândia, o Miguel Bailer, o seu vice-prefeito, Prefeito de Mercedes, prefeitos de outros municípios, que estiveram ontem na Capital do Estado, em uma audiência com o governador, audiência aliás, concedida com 43 prefeitos do Oeste do Paraná, libera-

dos pelo Presidente Namope (?), Prefeito Derli Tonin (?), que é do Município de Toledo, e que está presente também aqui na Capital do Estado no dia de hoje. Está acompanhado pelo Deputado Genari e percorrendo Secretarias do Governo do Estado.

Então, a presença dos prefeitos lá do Oeste do Paraná, aqui na Capital do Estado. E na audiência que tiveram ontem com o governador, quando os próprios prefeitos, por iniciativa deles, que falaram que no Oeste do Paraná, daria para construir 20 usinas hidrelétricas.

Não foi uma promessa do governador e nem da própria Copel. Mas os próprios prefeitos levaram essa proposição ao Governador do Estado.

E para nós é uma satisfação muito grande a presença desses prefeitos aqui na Capital do Estado e alguns deles ainda presentes e assistindo a Sessão.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Vossa Excelência sabe que a questão de ordem que levantou não procede.

Ela tem que se referir àquilo que nós estamos discutindo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o protesto de Vossa Excelência.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Que é a correta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É correta. Se estamos registrando, porque é correta.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)
(**Procede à 2ª chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e seis, senhores deputados responderam à chamada, **não há quórum para deliberação**.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1551, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Retirado pelo autor**.

Requerimento nº 1558, de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1563, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1567, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1620 e 1621, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1629, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1643, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para quarta-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 037/2001.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/2000.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 459/98, 019, 050/2000, 083/2001 e do de Resolução nº 010/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 143/97, 390 e 652/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 156, 205, 311, 457, 471, 484, 635/99, 391/2000, 188 e 189/2001.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2001.

Levanta-se a sessão.

Pedidos de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

Claudia de Camargo Duarte, matrícula nº 40403, cidade de Curitiba/PR, remuneração mensal estimada R\$804,46, CPF: 553.073.029-91, data de nascimento: 26.11.1965

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº , de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 5216)

Curitiba, em, 22.05.2001.

(a) Cláudia de Camargo Duarte

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

Therciano Tenório Albuquerque, matrícula nº 41003, endereço Rua Estevão Bayão, 200, bairro Água Verde, cidade de Curitiba/PR, CEP 80240-260, remunera-

ção mensal estimada R\$465,67, CPF: 751.625.129-15, data de nascimento: 05.10.1969, telefone 242-0597.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº , de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo.

(Prot. nº 5474)

Curitiba, em, 29.05.2001.

(a) Therciano Tenório Albuquerque

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

Natair Cecílio Rosa, matrícula nº 40373, endereço Rua Natan Milder, 277, bairro centro, cidade Rio Branco do Sul, CEP 83540-000, telefone 652-2592, remuneração mensal estimada R\$510,00 CPF: 632.175.039-53, data de nascimento: 06.10.1955

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº , de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 057.

(Prot. nº 5473)

Curitiba, em, 29.05.2001.

(a) Natair Cecílio Rosa

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

Adriana Sponholz Moreira, matrícula nº 40262, endereço Rua Francisco Klos, 77, bairro Boa Vista, cidade de Curitiba/PR, remuneração mensal estimada R\$770,10, CPF: 772.382.659-15, telefone 257-2853, data de nascimento: 09.04.1966.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº , de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível E 07.

(Prot. nº 5475)

Curitiba, em, 22.05.2001.

(a) Adriana Sponholz Moreira

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte nove dias do mês de maio de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comis-

são de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Algaci Tulio, Orlando Pessuti, Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati, Marcos Isfer, Plauto Miró Guimarães, Sérgio Spada, Hermes da Fonseca, José Maria Ferreira e mais os Deputados Eli Ghellere e Miltinho Pupio. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 158/2001 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Algaci Tulio, sugerindo ARQUIVAMENTO - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 106/99 de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 302/2000 de autoria do Deputado Divanir Braz Palma. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 093/2001 de autoria do Deputado Custódio da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 183/2000 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 197/2001 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Marcos Isfer, Algaci Tulio, Plauto Miró Guimarães e Duílio Genari. O Senhor Presidente solicita cópia da matéria a todos os membros desta Comissão; 07) Projeto de Lei nº 179/2000 de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Hermes da Fonseca à emenda de Plenário - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 020/2001 de autoria do Deputado Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes da Fonseca - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 039/2001 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL

do Deputado Hermes Fonseca, na forma da emenda anexa - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 086/2001 de autoria do Deputado Sérgio Spada. O Senhor Deputado Hermes da Fonseca, relator da matéria, REQUER DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e Junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública - DEFERIDO; 11) Projeto de Lei nº 115/2001 de autoria do Deputado Cesar Seleme. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Algaci Tulio; 12) Projeto de Lei nº 024/99 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira à emenda de plenário - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 103/2001 de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO, com voto em separado do Deputado Geraldo Cartário; 14) Projeto de Lei nº 121/2001 de autoria dos Deputados Hermes da Fonseca e Irineu Colombo. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Antonio Carlos Belinati; 15) Projeto de Lei nº 111/2001 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 167/2001 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 181/2001 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária